



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

ARYELL CALMON GONZAGA BORGES

**DA REDAÇÃO AO GABINETE:**

O CAMINHO E A UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO MUDIÁTICA PELOS  
LÍDERES PARTIDÁRIOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

BRASÍLIA  
2018

ARYELL CALMON GONZAGA BORGES

**DA REDAÇÃO AO GABINETE:**

**O CAMINHO E A UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO MUDIÁTICA PELOS LÍDERES  
PARTIDÁRIOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado na Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Sociologia sob orientação da professora Dr.<sup>a</sup> Débora Messenberg.

BRASÍLIA  
2018

BB732r

Borges, Aryell Calmon Gonzaga

DA REDAÇÃO AO GABINETE: O CAMINHO E A UTILIZAÇÃO DA  
INFORMAÇÃO MUDIÁTICA PELOS LÍDERES PARTIDÁRIOS NA CÂMARA  
DOS DEPUTADOS / Aryell Calmon Gonzaga Borges; orientador  
Débora Messenberg. -- Brasília, 2018.

85 p.

Monografia (Graduação - Ciências Sociais - Sociologia) --  
Universidade de Brasília, 2018.

1. Sociologia política. 2. Mídia. 3. Câmara dos Deputados.  
4. Elite parlamentar. 5. Líderes partidários. I. Messenberg,  
Débora, orient. II. Título.

ARYELL CALMON GONZAGA BORGES

**DA REDAÇÃO AO GABINETE:**

**O CAMINHO E A UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO MIDIÁTICA PELOS LÍDERES  
PARTIDÁRIOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado na Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Sociologia sob orientação da professora Dr.<sup>a</sup> Débora Messenberg.

Trabalho aprovado pela banca examinadora em 2 de julho de 2018:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora Messenberg  
Orientadora  
(Universidade de Brasília)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sayonara de Amorim Gonçalves Leal  
Examinadora  
(Universidade de Brasília)

BRASÍLIA  
2018

*Aos meus pais,  
Florildes e Nailton*

## AGRADECIMENTOS

Quando me mudei para Brasília a fim de estudar na UnB nunca imaginei que viver sozinho na capital federal seria uma dificuldade. Esse sentimento foi constante em mim, de 2014 até hoje, em razão do enorme suporte que tive da minha família. A ela agradeço imensamente. A liberdade e incentivo que os meus pais me deram para que eu pudesse escolher cursar o que gostava, onde queria, foi fundamental para o meu desenvolvimento. Cada ligação diária da minha mamãe, conselhos constantes de papai, orações de vovó, a minha querida Dona Flor, e abraços apertados de meu irmão, Sam, nas poucas visitas que fiz a Bahia, nutriam-me de energia suficiente para permanecer firme na trajetória acadêmica. Como canta Djavan, “muito obrigado por tudo que eu tenho passado”.

Certa vez li, não lembro onde, que era importante, na carreira profissional, nos inspirarmos em alguém de nossa área. Esse alguém deveria representar aquilo que desejamos ser. Certamente a minha orientadora Débora Messenberg ocupou esse lugar de inspiração. O nosso trabalho em conjunto, seja nessa monografia ou em iniciação científica, apenas reforçou a grandeza de Débora e confirmou que eu me inspiro na pessoa certa. Agradeço a ela pela enorme paciência, amizade, gentileza e subsídios teóricos e de prática de pesquisa.

Na pessoa da professora Sayonara Leal, minha banca examinadora, agradeço a todos os professores e professoras que de alguma forma contribuíram para o meu crescimento acadêmico. Assim como Sayonara, Gusmão, Lília e Sérgio Tavoraro, Flávia Lessa, Christiane Coêlho, Daniella Rocha e Jessé foram professores que estiveram presentes na minha graduação de diferentes formas, mas sempre muito valiosas.

A minha amada companheira, Dona Maria Canaan, ou simplesmente Ma, eu devo enormes agradecimentos. Maria foi imprescindível para mim, esteve comigo nos momentos mais difíceis que até hoje enfrentei. Sempre ativa, permaneceu à disposição quando eu precisava, me estimulou, trabalhou na coleta e sistematização de dados dessa monografia e de outras produções minhas. Junto com Chewie e Bartolomeu, nosso cão e gato, foi companhia presente e amorosa nas noites e madrugadas produtivas.

Aos meus amigos e amigas, Isabelle, Sofia, Pedro, Letícia, que exaustivamente me ouviram falar sobre mídia e política, minhas desculpas e agradecimentos.

A Luciana, Stéphanie, Carla e Thays, companheiras de estágio, agradeço a compreensão e paciência com um estudante que deseja levar vida dupla de mercado de trabalho e academia.

Por fim, agradeço aos entrevistados pela cordialidade e colaboração prestada.

*“Algumas vezes imagino que, se os costumes das diversas sociedades diferem entre si, a moralidade dos políticos que regem os assuntos públicos é a mesma em todos os lugares. Na França, é bem certo que todos os líderes de partido da minha época pareceram-me quase indignos de comandar, uns por falta de caráter ou de verdadeiras luzes, e a maioria por falta de qualquer virtude.”*

*Alexis de Tocqueville*

## RESUMO

Inserido no campo da sociologia política, esse estudo monográfico é subsidiado por investigações empíricas e análises teóricas sobre a relação entre mídia e política. Usualmente, os estudos que versam sobre essa interação estão, em grande parte, centrados em compreender o impacto das informações veiculadas na opinião pública. De certa forma, estas investigações atendem aos seus interesses e comprovam que a mídia é um agente fundamental na construção do imaginário social dos indivíduos. Contudo, neste trabalho busca-se compreender como a informação midiática, isto é, o conteúdo produzido pelos veículos de comunicação de massa, alcança os líderes partidários da Câmara dos Deputados. Ainda nesse sentido, estima-se aferir em que sentido esses atores políticos usam a informação que vem da mídia em sua atuação parlamentar. A partir de entrevistas com os líderes partidários e suas respectivas assessorias parlamentares e da análise dos discursos proferidos em plenário durante as três primeiras sessões legislativas da 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados, conclui-se que o *WhatsApp* assume um papel central na difusão das informações para os líderes, ao mesmo tempo em que esse deputado federal não pode ser entendido como um sujeito autômato à espera da informação midiática.

**Palavras-chave:** Sociologia política. Mídia. Câmara dos Deputados. Elite parlamentar. Líderes partidários.



## ABSTRACT

Inserted in the field of political sociology, this monographic study is subsidized by empirical investigations and theoretical analyzes on the relationship between media and politics. Usually, studies that deal with this interaction are largely centered on understanding the impact of the information conveyed in public opinion. In a way, these investigations serve their interests and prove that the media is a fundamental agent in the construction of the social imaginary of individuals. However, this paper seeks to understand how the media information, that is, the content produced by mass media, reaches the partisan leaders of the Chamber of Deputies. Still in this sense, it is estimated to assess in what sense these political actors use the information that comes from the media in their parliamentary performance. Based on interviews with party leaders and their respective parliamentary advisors and analysis of the speeches delivered in plenary during the first three legislative sessions of the 55<sup>th</sup> legislature of the Chamber of Deputies, concludes that *WhatsApp* assumes a central role in disseminating information to the leaders, at the same time that this federal deputy can not be understood as an automaton subject waiting for the media information.

**Key words:** Political sociology. Media. Chamber of Deputies. Parliamentary elite. Party leaders.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Líderes partidários selecionados nesta investigação, por partido e dias no cargo...	15
<b>Quadro 2</b> – Atribuições dos líderes partidários previstas no RICD.....	64
<b>Quadro 3</b> – Líderes partidários por nível de escolaridade, profissão e estado de nascimento....	66

### TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Leitura semanal de jornal por escolaridade e renda (%).....	44
<b>Tabela 2</b> – Uso semanal da TV por escolaridade e renda (%).....	45

### IMAGENS

<b>Imagem 1</b> – Capa dos três jornais impressos de maior circulação no Brasil um dia após o acolhimento da denúncia contra Dilma Rousseff na CD.....	23
<b>Imagem 2</b> – Adesivos apologéticos ao estupro em protesto contra Dilma Rousseff.....	30
<b>Imagem 3</b> – Capa da revista IstoÉ, Edição nº 2417, em 6 de abril de 2016.....	31
<b>Imagem 4</b> – Veículos de comunicação de massa sob controle da família Marinho.....	47
<b>Imagem 5</b> – Veículos de comunicação de massa sob controle da família Mesquita.....	47
<b>Imagem 6</b> – Veículos de comunicação de massa sob controle da família Frias.....	48
<b>Imagem 7</b> – Veículos de comunicação de massa sob controle da família Civitas.....	49
<b>Imagem 8</b> – Veículos de comunicação de massa sob controle da família Saad.....	50
<b>Imagem 9</b> – Veículos de comunicação de massa sob controle da família Macedo.....	50
<b>Imagem 10</b> – Exemplo de <i>clipping</i> enviado por <i>WhatsApp</i> .....	61

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANJ	Associação Nacional de Jornais
ART.	Artigo
CCJC	Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania
CD	Câmara dos Deputados
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
DEM	Democratas
DETRAN	Departamento de Trânsito
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MOM	<i>Media Ownership Monitor</i>
MPE	Ministério Público Eleitoral
MPF	Ministério Público Federal
OESP	O Estado de São Paulo
ONU	Organizações das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PGR	Procuradoria Geral da República
PL	Projeto de Lei
PL	Partido Liberal
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PP	Partido Progressista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RICD	Regimento Interno da Câmara dos Deputados
RSF	Repórteres sem Fronteira
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TV	Televisão

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
Procedimentos de pesquisa .....	14
<b>CAPÍTULO 1: A 55ª LEGISLATURA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....</b>	<b>18</b>
1.1. Eleito o conservadorismo .....	19
1.2. O impeachment de Dilma Rousseff.....	21
1.2.1. A mulher nunca vista dentre os homens de sempre.....	27
1.2.2. Coalizão para governar .....	32
1.3. A judicialização da política .....	37
<b>CAPÍTULO 2: MÍDIA E POLÍTICA.....</b>	<b>42</b>
2.1. Mídia no Brasil .....	43
2.1.1. Quem controla a mídia no Brasil.....	46
2.2. A construção da comunicação .....	51
2.2.1. Hipótese de agendamento.....	52
2.2.2. Hipótese de usos e satisfações.....	55
2.3. Como os líderes partidários recebem a informação midiática .....	58
<b>CAPÍTULO 3: OS LÍDERES E A INFORMAÇÃO QUE VEM DA MÍDIA .....</b>	<b>63</b>
3.1. A importância dos líderes partidários .....	63
3.2. Perfil dos líderes em análise .....	66
3.3. Como os líderes partidários usam a informação midiática .....	71
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>83</b>

## INTRODUÇÃO

Basta uma simples visita ao Congresso Nacional brasileiro para perceber a existência de uma preocupação compulsiva com a imprensa. Os atores inseridos nesse espaço, desde a Polícia Legislativa até um deputado qualquer, estão, a todo instante, atentos às notícias e ao que pode virar notícia. No entanto, não devemos crer integralmente que essa preocupação exacerbada se trata exclusivamente de um controle institucional, afinal, estamos direcionando o nosso estudo para o ambiente dos políticos profissionais, como compreenderia Weber (2011).

A sociologia e a ciência política brasileiras acumularam, especialmente após a eleição presidencial de 1989 – a primeira com votos diretos do período após a Ditadura Militar –, uma série de estudos que abordam a relação entre a mídia e a política. Isso, não obstante, em razão da evidente cobertura tendenciosa da imprensa à época, sobretudo da Rede Globo<sup>1</sup>, em favor do ex-presidente Fernando Collor. Assim sendo, é compreensível o caráter temporal recente desses estudos e, por conseguinte, um foco notável para pesquisas centradas nas campanhas e nos períodos eleitorais. Todavia, há muito a se dizer sobre a relação entre a mídia e a política para além da eleição, isto é, se tratando da Câmara dos Deputados, a interação entre esses dois agentes durante os quatro anos que figuram o mandato de um deputado federal.

Em 2017, conforme demonstra pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV)<sup>2</sup>, o parlamento brasileiro desfrutou de baixíssimo prestígio diante da opinião pública, isto é, em seu sentido político e moderno, conforme orienta Habermas (1984), depreende-se a presença de uma baixa legitimidade social para decisões advindas do campo político, e a mídia, capaz de selecionar e publicitar os conteúdos de acordo com o que considera prioridade (MCCOMBS, 2004), desempenha um papel fundamental na construção deste ideário pela opinião pública.

Como será possível ler no primeiro capítulo, a 55ª legislatura da Câmara dos Deputados foi extremamente conturbada, e para mais, os acontecimentos que perturbavam o trâmite usual dentro do parlamento estavam também fora dele. O cidadão brasileiro comum, com suas muitas atribuições diárias, não tem acesso a uma multiplicidade de informações sobre

---

<sup>1</sup> Em um episódio do programa “Dossiê”, do canal de TV paga Globo News, exibido em 26/11/2011, o então diretor da Rede Globo de televisão, José Bonifácio Oliveira Sobrinho, ou simplesmente Boni, fala de cenas de bastidores ocorridas durante a campanha eleitoral de 1989. Ao ser questionado pelo repórter, Geneton Moraes Neto, sobre o fato de ter sido “procurado por algum candidato na primeira eleição direta para presidente depois do fim do regime militar”, Boni responde que, através do superintendente executivo da Rede Globo, José Pires Gonçalves, deu alguns conselhos para a assessoria do então candidato Fernando Collor com o objetivo de beneficiá-lo frente ao opositor Lula da Silva.

<sup>2</sup> A pesquisa da Fundação Getúlio Vargas e sua respectiva metodologia estão disponíveis em: <[http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/arquivos/relatorio\\_icj\\_1sem2017.pdf](http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/arquivos/relatorio_icj_1sem2017.pdf)>. Acesso em 29 de abril de 2018.

a política no país. É o que demonstra o levantamento feito pelo Manchetômetro<sup>3</sup>, quando selecionamos os três primeiros anos da atual legislatura, temos um total de 19 mil 587 matérias, nos jornais Folha de São Paulo, Estadão e O Globo, com valências contrárias ao tema “política”, 66% do total de matérias no mesmo período.

Não é novidade que a grande imprensa brasileira, apesar de controlada por seis distintas famílias – Marinho, Civita, Frias, Saad, Macedo e Mesquita –, está a reproduzir e defender os mesmos interesses pela manutenção do *establishment*, isto é, em favor do mercado e do sistema financeiro. Afinal, é nesta ordem social que elas permanecem dominando não só os setores da comunicação no país, mas também a política. E é justamente a partir da noção de dominação da política por essas seis famílias através dos seus meios de comunicação e formadores de opinião que surgem algumas questões: Como a informação produzida pela mídia chega ao deputado federal? Quem, e com quais critérios, filtra a notícia antes de repassá-la ao deputado federal? A informação midiática interessa ao deputado federal para tomada de decisão? Como a informação midiática é utilizada pelo deputado federal?

O que se pretende neste trabalho monográfico é apresentar mais um capilar da relação entre a mídia e a política, de forma a compreender um pouco mais dos laços que unem, indubitavelmente, esses dois elementos centrais no mundo contemporâneo. Especificamente, demonstra-se como a informação midiática chega ao líder partidário e de que forma ele a utiliza em sua atuação parlamentar. No primeiro capítulo, examina-se o contexto histórico-político no qual a pesquisa está inserida, com foco nos acontecimentos fundamentais para o entendimento da 55ª legislatura da Câmara dos Deputados, apresenta-se a eleição do Congresso mais conservador<sup>4</sup> deste a redemocratização, os ritos e desdobramentos do impeachment<sup>5</sup> da ex-presidente Dilma Rousseff e o processo de investigação judicial, denominado pela Polícia Federal como Operação Lava-Jato<sup>6</sup>, que condenou e prendeu figuras políticas importantes no país, como o ex-presidente Lula da Silva<sup>7</sup>.

---

<sup>3</sup> O Manchetômetro é um site de acompanhamento da cobertura da grande mídia sobre temas de economia e política produzido pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP). O LEMEP tem registro no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e é sediado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O Manchetômetro não tem filiação com partidos ou grupos econômicos.

<sup>4</sup> Detalha-se no capítulo 1 as razões pelas quais pode-se considerar a composição do Congresso Nacional eleita em 2014 como a mais conservadora desde a redemocratização.

<sup>5</sup> Dilma Rousseff é afastada do cargo de presidente da República definitivamente em 31 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/por-61-votos-20-dilma-afastada-definitivamente-da-presidencia-20025502>> Acesso em 20 de maio de 2018.

<sup>6</sup> Jornal Folha de S. Paulo mantém página online exclusiva com informações sobre a “Operação Lava Jato”. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>> Acesso em 20 de maio de 2018.

<sup>7</sup> Jornal Folha de São Paulo noticia “Lula é preso”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/lula-e-presos.shtml>> Acesso em 20 de maio de 2018.

Ademais, o segundo capítulo agrupa uma série de debates teóricos e observações empíricas sobre a relação mídia-política, traça uma ampla caracterização da mídia no Brasil desde o final da Ditadura Militar até os dias de hoje e discute o local ocupado pela mídia na Câmara dos Deputados.

Por fim, no capítulo 3, analisam-se os resultados da pesquisa empírica aqui empreendida, delineando inicialmente a morfologia da elite partidária recortada, para explicitar suas diferenças internas e apresentar elementos que podem contribuir para entender a forma como esses parlamentares se relacionam com a mídia. Em seguida procura-se caracterizar a produção legislativa desses líderes partidários, examinando também seus posicionamentos nas votações das principais matérias do período da legislatura em análise e diante dos acontecimentos políticos mais notáveis e noticiados. A última parte do capítulo destina-se a analisar a relação do líder partidário com a mídia.

## Procedimentos de pesquisa

A pesquisa monográfica implica em algumas limitações, entre elas estão a disposição de tempo para conclusão e a executabilidade em termos práticos. Com isso, apesar da intensa ambição em compreender a relação individual de cada deputado federal com a mídia, esse trabalho limita-se a investigar essa relação com base nos deputados federais, de onze partidos políticos, que por mais tempo, nos três primeiros anos da 55ª legislatura da Câmara dos Deputados, ocuparam o cargo de líder partidário.

A escolha dos onze partidos políticos – Movimento Democrático Brasileiro (MDB)<sup>8</sup>, Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Progressista (PP), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Social Democrata (PSD), Partido da República (PR), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Democratas (DEM), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) –, que integram a pesquisa empírica deste trabalho, se deu a partir de sua relevância numérica de integrantes na bancada e da pluralidade ideológica. Dessa forma, sabendo que os partidos políticos escolhidos representavam 76,21% de toda a Câmara dos Deputados antes da janela partidária<sup>9</sup> de 2018, cumpre-se os requisitos estatísticos de representação amostral da população

---

<sup>8</sup> O partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) retirou a palavra “Partido” do início de seu nome em 15 de maio de 2018 (de PMDB para MDB), portanto, neste trabalho, todas as referências a essa legenda estão na nomenclatura atual, mesmo que faça menção a um período anterior à mudança. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/05/tse-autoriza-mudanca-de-nome-de-pmdb-para-mdb-cjh8idqcc08m101qo0hjf97e3.html>. Acesso em 18 de junho de 2018.

<sup>9</sup> De acordo com o inciso III do artigo 22-A da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995), os detentores de mandato eletivo em cargos proporcionais podem trocar de legenda nos 30 dias anteriores ao último dia do prazo

para a qual objetiva-se inferir os resultados e, para mais, atende-se aos pressupostos teóricos dos interpretes da existência da díade ideológica esquerda e direita – como é o caso de Norberto Bobbio (1995).

O período que se analisa neste trabalho é compreendido de 2 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2017<sup>10</sup>, ou seja, os três primeiros anos da 55ª legislatura da Câmara dos Deputados. Com isso, elege-se como objeto da análise os líderes partidários que, nesse período, mais permaneceram no cargo em dias corridos. Tem-se, portando, a seleção disposta no quadro abaixo.

**Quadro 1** – Líderes partidários selecionados nesta investigação, por partido e dias no cargo.

Nome do deputado federal	Partido	Quantidade de dias no cargo
Antonio Imbassahy (BA)	PSDB	365
Baleia Rossi (SP)**	MDB	583
Carlos Zarattini (SP)**	PT*	354
Daniel Almeida (BA)	PCdoB	370
Eduardo da Fonte (PE)	PP	388
Ivan Valente (SP)	PSOL	364
Maurício Quintella Lessa (AL)	PR	436
Pauderney Avelino (AM)	DEM	370
Paulo Foletto (ES)	PSB	518
Rogério Rosso (DF)	PSD	731
Weverton Rocha (MA)	PDT	713

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria Geral da Mesa da CD.

\* No caso do PT, o deputado que por mais tempo ocupou o cargo foi Sibá Machado, por 364 dias. No entanto, por esse parlamentar ter se licenciado do cargo de deputado federal e não possuir gabinete em Brasília no período da pesquisa, optou-se por eleger o segundo parlamentar que por mais tempo esteve no cargo de líder do partido na legislatura.

\*\* Estes parlamentares permaneciam no cargo até o final do terceiro ano legislativo da 55ª legislatura da CD.

A escolha dos líderes partidários enquanto atores relevantes para compreender o percurso da informação midiática na CD e os seus usos pelos deputados federais não é aleatória. Figueiredo e Limongi (2006) são exemplos de pesquisadores que compreendem a centralidade dos líderes para a tomada de decisão e no diálogo com o Poder Executivo dentro da lógica do presidencialismo. No entanto, reserva-se essa discussão teórica, e a demonstração do poder do

---

para a filiação partidária, que ocorre seis meses antes do pleito. Esse período é denominado de janela partidária. Fonte: TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/janela-de-trocas-partidarias-comeca-esta-quinta-feira-8>>. Acesso em 20 de maio de 2018.

<sup>10</sup> A sessão legislativa ordinária é o período de atividade normal do Congresso a cada ano, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. Cada quatro sessões legislativas, a contar do ano seguinte ao das eleições parlamentares, compõem uma legislatura. Fonte: Senado Federal. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sessao-legislativa>>. Acesso em 20 de maio de 2018.



líder partidário, também a partir de suas prerrogativas regimentais, para mais adiante no capítulo 3.

A obtenção dos dados primários deu-se com base na realização de entrevistas com os onze líderes selecionados, no intuito de aprofundar a discussão e esclarecer possíveis dúvidas quanto ao tipo de informação midiática consumida por esses parlamentares, através de quais plataformas e veículos, suas relações com profissionais da imprensa, além de perscrutar questões mais amplas relacionadas a importância do cargo de líder partidário e a política de escolha do líder dentro de seu respectivo partido. Em seguida, com o objetivo de estender a compreensão da realidade dessa elite no contato com a informação midiática, foram entrevistados também os assessores da amostra. As entrevistas se deram de forma guiada a partir de roteiro predeterminado, porém não fechado, disponível no apêndice deste trabalho, o qual permitiu a sistematização posterior dos dados qualitativos, garantindo certa flexibilidade no aprofundamento e na ampliação de determinadas temáticas.

Também foram levantados dados quantitativos da produção legislativa e dos financiadores da campanha desses líderes partidários, com o desígnio de associá-los a uma compreensão mais ampla da respectiva atuação parlamentar. As trajetórias e práticas políticas dessa elite possuem um inegável peso para contextualização de suas ações e configuração do cargo que ocupam. Por essa razão, foi sistematizada uma série de dados secundários que constroem o perfil<sup>11</sup> do líder. Ainda foi possível realizar diversas observações presenciais no palco das investigações, como em reuniões do Colégio de Líderes<sup>12</sup> e da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) quando tratavam da denúncia<sup>13</sup> contra o presidente da República, Michel Temer.

No que tange aos dados relativos à mídia, especialmente sobre quais são os seus proprietários, foi utilizado o *Media Ownership Monitor*<sup>14</sup> (MOM), um levantamento feito, no

---

<sup>11</sup> Para construção do que se denomina aqui de perfil do líder partidário, foram utilizadas as produções “*Os Cabeças do Congresso Nacional*” do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) dos anos de 2015, 2016 e 2017.

<sup>12</sup> Órgão de discussão e de negociação política, o Colégio de Líderes é fundamental para o processo legislativo, pois viabiliza a conciliação entre os diferentes interesses das categorias representadas na Casa. O Colégio e Líderes é composto pelos Líderes da Maioria, da Minoria, dos partidos, dos blocos parlamentares e do Governo. Fonte: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/como-funciona>>. Acesso em 20 de maio de 2018.

<sup>13</sup> O Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, apresentou uma segunda denúncia contra o presidente Michel Temer, pelos crimes de organização criminosa e obstrução de Justiça, em 14 de setembro de 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/14/politica/1505409607\\_914172.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/14/politica/1505409607_914172.html)>. Acesso em 20 de maio de 2018.

<sup>14</sup> O MOM é um projeto global. Com uma metodologia padronizada, desenvolveu uma ferramenta de mapeamento que gera um banco de dados disponível publicamente, com informações sobre os proprietários dos maiores veículos (em audiência) e os grupos de mídia detentores desses meios, além de suas relações políticas e interesses econômicos. A informação é publicada em um site, em inglês e na língua local, e constantemente atualizada. O projeto também fornece uma contextualização de cada país, assim como uma análise de seu mercado de mídia e

Brasil, pelo Intervozes<sup>15</sup> – Coletivo Brasil de Comunicação Social e pela organização Repórteres Sem Fronteiras<sup>16</sup> (RSF). Para mais, a consulta das matérias jornalísticas dos principais veículos de comunicação do país – Folha de São Paulo, O Globo, Estado de São Paulo e Jornal Nacional – e suas respectivas valências<sup>17</sup> para temas como economia e política foi realizada através do *website* Manchetômetro.

Com a combinação desses elementos metodológicos, de natureza quantitativa e qualitativa, procurou-se alcançar uma visão mais compósita da interação entre a elite parlamentar selecionada no período e a informação que vem da mídia, objetivando o aprofundamento da análise das questões que guiam este trabalho.

---

do marco regulatório do setor. O MOM-Brasil mapeou 50 veículos ou redes de comunicação no Brasil, em quatro segmentos: 11 redes de TV (aberta e por assinatura), 12 redes de rádio, 17 veículos de mídia impressa (jornais de circulação diária e revistas de circulação semanal) e 10 veículos online (portais de notícias). Esses veículos foram selecionados com base na audiência. Também foi considerada sua capacidade de agendamento, ou seja, seu potencial de influenciar a opinião pública. A diferença entre o número de veículos de cada tipo se deve a maior ou menor concentração de audiência e ao alcance geográfico em cada segmento. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/sobre/>>. Acesso em 20 de maio de 2018.

<sup>15</sup> O Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/sobre/equipe/>>. Acesso em 20 de maio de 2018.

<sup>16</sup> Repórteres sem Fronteiras é uma organização internacional que tem como objetivo defender e promover a liberdade de informação. Reconhecida como associação de utilidade pública em França, RSF dispõe de um estatuto consultivo nas Nações Unidas e na Unesco e conta atualmente com dez sucursais espalhadas pelo mundo. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/sobre/equipe/>>. Acesso em 20 de maio de 2018.

<sup>17</sup> Tem-se ciência do embate metodológico existente entre o uso de valência e o uso de enquadramentos para o estudo do teor de determinada notícia. Aqui, optou-se pelo uso das valências como prioritário e mais relevante.

## **CAPÍTULO 1: A 55ª LEGISLATURA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

A 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados corresponde ao período de 2 de fevereiro de 2015 a 4 de fevereiro de 2019, no entanto, como já explicado, o recorte deste trabalho limita-se ao fim do 3º ano legislativo, ou seja, 22 de dezembro de 2017. Neste capítulo, discute-se os acontecimentos políticos que tornaram, mesmo antes do fim, esta legislatura da CD seriamente importante para a história do Brasil, em específico de sua jovem democracia, sempre que possível, associando essa contextualização a uma ampliação da abordagem a respeito do discurso midiático presente em cada momento.

Em todo esse processo que aqui será descrito, a mídia comprova a sua própria relevância no mundo contemporâneo: agendando temas para o debate no parlamento e na sociedade, por outro lado, não se atribui a ela poder absoluto. O estudo das elites políticas permite compreender que, ao afirmar a centralidade das informações midiáticas, não se exime da existência de possibilidades alheias a ela ou ações contra hegemônicas. A proposta é contextualizar acontecimentos priorizados, dentro do período temporal recortado neste trabalho, em consonância com a atuação dos líderes partidários e da mídia.

Tomando como referência os critérios elencados por Robert Dahl (1971) para medir a qualidade da democracia, em maior ou menor grau, o Brasil, desde 1985, período de sua redemocratização, vinha garantindo os elementos fundamentais que uma democracia pressupõe. Entretanto, os acontecimentos que serão descritos neste capítulo contribuem para a construção de uma narrativa paralela àquela que se concebe a partir dos critérios de Dahl, isto é, pesquisadores, intelectuais e leigos conseguem perceber que algo não está certo no ordenamento democrático do Brasil.

Ainda em 2014, após a conclusão do segundo turno das eleições presidenciais, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido derrotado na disputa, na figura do senador Aécio Neves, questionou a apuração dos votos alegando a possível existência de fraude, em seguida, os socialdemocratas solicitaram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a anulação da diplomação da presidente eleita, sem sucesso nas duas tentativas de impedir a posse de Dilma Rousseff, o PSDB e seus aliados opositoristas ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT) passaram a adotar o discurso de apoio ao impeachment.

Especificamente, quando se discute a interrupção do segundo mandato de Rousseff, a simples alocação cronológica dos fatos exhibe que os elementos políticos, isto é, advindos de interesses partidários, são precedentes aos elementos legais – crimes de responsabilidade – para fundamentação de um impeachment. Qualquer interpretação para este

momento histórico, considerado como o fim de um ciclo democrático que o Brasil vinha experimentando desde 1985, que atribua aos elementos legais a razão explicativa do impeachment, certamente está deslumbrado.

Nessa legislatura, o tempo passa a ser um elemento causal de todos os fatos. A tomada de decisão, ou o adiamento dela, passaram a ser regidos pela lógica do momento mais adequado para manter a permanência no poder, ou assumi-lo. Em muitos casos, era isso, ou o fim antecipado de planos, a impossibilidade de cumprir alianças, promessas e quitar dívidas. Essa noção, em especial, eleva o recorte temporal aplicado neste trabalho para além de si mesmo, deixando de compor apenas um quadro de elementos técnicos de pesquisa necessários e dialogando com os objetos da análise.

Há de se destacar, portanto, que neste capítulo, os temas serão desenvolvidos em uma ordem cronológica, entendida como fundamental para que se compreenda a realidade, à luz das teorias, de forma mais fidedigna. Não se trata de uma simples descrição dos eventos ocorridos em seu tempo e espaço, mas sim a sua organização interpretativa. Desde a posse e atuação de um conjunto de deputados federais conservadores, passando pela materialização da crise do presidencialismo de coalizão com o impeachment da ex-presidente Rousseff, até a notável atuação do Poder Judiciário no campo político.

### 1.1. Eleito o conservadorismo

Após a eleição de 2014, a composição da Câmara dos Deputados estava renovada em 46,59%, isto é, 239 novos deputados federais em comparação com a legislatura anterior. No entanto, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) salienta, em sua publicação denominada “*Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019*”, que o que ocorreu de fato não foi uma renovação, mas sim uma “circulação de postos no poder”. O DIAP compreende que os novos deputados federais eleitos em 2014 fazem parte de um conjunto de agentes públicos que já exerciam cargos em outras esferas políticas, como ex-prefeitos, ex-secretários, ex-governadores e ex-deputados (DIAP, 2014).

A realidade descrita pelo DIAP (2014) não é uma exclusividade da 55ª legislatura, no século XX, Mosca (1939) já compreendia que “os únicos que têm alguma chance de vencer são aqueles cujas candidaturas são apoiadas por grupos, por comitês, por minorias organizadas”<sup>18</sup>. Diversos estudos posteriores de “recrutamento político”, isto é, a análise do perfil socioeconômico e profissional dos ocupantes de cargos no sistema político, corroboram

---

<sup>18</sup> MOSCA, 1939, pp. 154

com a ideia de que o sucesso, seja eleitoral ou dentro da trajetória política, está condicionado, por exemplo, à quantidade de dinheiro investido na campanha, visibilidade midiática, reconhecimento pelos pares e estar inserido em um partido bem institucionalizado (FLEISCHER, 1981; LOVE E BARICKMAN, 1991; MARENCO DOS SANTOS, 1997; PEREIRA e RENNÓ, 2001; RODRIGUES, 2006; MESSENERG, 2008).

Um motivo descrito pelo DIAP (2014, p. 15) como explicativo para a eleição de um Congresso conservador interessa em especial, a saber: “à desqualificação do governo, operacionalizada pela grande mídia a serviço do sistema financeiro e do mercado”. Esse movimento midiático de descrença nas instituições e nos agentes públicos acaba por eleger aqueles candidatos que defendem a ausência total do Estado na atividade econômica ou mesmo os que se colocam como “messiânicos” rejeitando “tudo que está aí” e representa a exaltação de um discurso neoliberal que não é puramente ideológico. Conforme compreendem Pierre Dardot e Christian Laval (2016), o neoliberalismo assume caráter de “racionalidade”, isento de associações políticas e ao que é político. Com isso, a ideia impetrada pela grande mídia é de um Estado que pode ser gerido como empresa, onde todos possuem oportunidades iguais, principalmente para empreender seu próprio negócio, e livre da dependência do Estado. Tem-se, portanto, a construção de um *modus operandis* social aliado a uma “nova razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016).

Não é por acaso, portanto, que a 55ª legislatura da CD apresentou uma redução da bancada sindical<sup>19</sup> e um aumento da bancada empresarial<sup>20</sup> (DIAP, 2014, p. 15). A resistência aos programas sociais e as políticas públicas de inclusão deflagradas pelos governos do Partido dos Trabalhadores faz parte dessa nova racionalidade estritamente gerencial que rejeita de forma geral os fundamentos da cidadania:

“Sob esse aspecto, é espantoso constatar a que ponto a contestação dos direitos sociais está intimamente ligada à contestação prática dos fundamentos culturais e morais, e não só políticos das democracias liberais. O cinismo, a mentira, o menosprezo, a aversão à arte e à cultura, o desleixo da linguagem e dos modos, a ignorância, a arrogância do dinheiro e a brutalidade da dominação valem como títulos para governar em nome apenas da “eficácia”. Quando o desempenho é o único critério de uma política, que importância tem o respeito à consciência e à liberdade de pensamento e expressão? Que importância tem o respeito às formas legais e aos procedimentos democráticos? A nova racionalidade promove seus próprios critérios de validação, que não têm mais nada a ver com os princípios morais e jurídicos da democracia liberal.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.382).

---

<sup>19</sup> Segundo o DIAP (2014), é identificada pelos parlamentares que priorizam temas como a defesa dos interesses trabalhistas, sindicais e previdenciários, manutenção da política nacional de salário mínimo e redução da jornada de trabalho.

<sup>20</sup> “A identificação da bancada é feita com base nas declarações de bens e de suas atividades profissionais e econômicas. São proprietários de estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviço ou do seguimento rural.” (DIAP, 2014, p.99)

As previsões postas pelo DIAP (2014, p.16) sobre uma possível ampliação da base de apoio da ex-presidente Dilma Rousseff, para além da que fez parte da aliança eleitoral, não se cumpriram. Importa ressaltar, nesse sentido, a dissidência do MDB da base aliada de Rousseff em 29 de março de 2016 mesmo possuindo o presidente do partido como vice-presidente da República. Esse é um evidente exemplo da ordem social que aplica a lógica da eficiência pura e que somente pode ser explicada a partir dos “seus próprios critérios de validação” (DARDOT; LAVAL, 2016).

A impressionante velocidade na tramitação, e aprovação, de dois projetos de lei (PL's), temerários para os sindicalistas e de altíssimo interesse para o setor patronal, reflete o quando a composição do Congresso Nacional no período estava alinhada aos interesses do grande sistema financeiro. O PL 4330/2004, que “dispõe sobre os contratos de terceirização”, foi colocado em pauta no Plenário, pelo então presidente da CD, o ex-deputado federal Eduardo Cunha (MDB-RJ), logo em abril de 2015, e foi aprovado no mesmo mês. Tramitações dadas de forma rápida como essa não são comuns, principalmente quando se trata um projeto de lei ordinária que estava arquivado há um ano. A atuação dos grupos de pressão corporativos, junto aos interesses dos parlamentares da bancada empresarial, foi decisiva neste caso.

Já o PL 4193/2012, que trata da prevalência do negociado sobre o legislado, teve seu mérito alcançado em decorrência da aprovação do PL 6787/2016 em 2017, a chamada “Reforma Trabalhista”. É importante notar que os dois primeiros projetos de lei supracitados constituem flexibilizações na legislação trabalhista, no entanto, o PL 4330/2004 foi aprovado ainda no governo de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT) – que se opunha a mudanças nesse sentido –, enquanto o PL 4193/2012 teve o seu mérito alcançado após o impeachment, no governo de Michel Temer (MDB). Destaca-se, com isso, a prevalência, neste caso, do Poder Legislativo ante o Poder Executivo e a total ausência de uma base de apoio aliada a ex-presidente Dilma Rousseff mesmo nos primeiros quatro meses de seu segundo mandato.

“(…) nos poucos momentos em que o Poder Legislativo exercitou as suas prerrogativas, como foi o caso no primeiro semestre de 2015, sob a liderança de Eduardo Cunha, ele o fez através de uma agenda corporativa e de privilégio completamente alheia às aspirações da opinião pública.” (AVRITZER, 2016, p.112)

## 1.2. O impeachment de Dilma Rousseff

Qualquer analista de política sensato, ao ser questionado sobre o fato mais relevante da 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados, mesmo antes do seu fim, responderá mencionando o processo de impeachment de Dilma Rousseff e seus desdobramentos e

antecedentes causais. Contudo, quais as principais razões para a saída da ex-presidente do cargo? A presença de uma mulher no cargo mais importante da República poderia incomodar a tal ponto? A narrativa que atribui à personalidade de Dilma Rousseff razão para uma crise política no Brasil é válida?

Foi na Câmara dos Deputados, em 2 de dezembro de 2015, que o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff teve o seu início regimental. Nessa data, o então presidente da CD, ex-deputado, cassado e atualmente preso, Eduardo Cunha (MDB-RJ) acolheu o pedido de impedimento escrito pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Em seguida, seria criada a Comissão Especial destinada a apreciar a denúncia contra a então presidente.

Pouco antes do ex-deputado Eduardo Cunha acolher a denúncia contra a ex-presidente Dilma Rousseff, na mesma quarta-feira, 2 de dezembro, o então líder do Partido dos Trabalhadores (PT), mesmo partido da presidente da República, havia comunicado aos seus pares e à imprensa que os três deputados do PT membros do Conselho de Ética não votariam a favor do presidente da Câmara, o que implicaria, praticamente, no prosseguimento do processo de cassação do mandato parlamentar de Cunha.

O elo entre esses dois acontecimentos não se trata de pura dedução conspiratória, ficou evidente que a ação do ex-presidente da Câmara foi condicionada pela decisão do PT em não o apoiar. Conforme demonstra a Imagem 1 abaixo, os três maiores jornais impressos do país noticiaram o episódio de forma semelhante em suas capas. Essa viva ligação possibilita afirmar que a decisão do PT foi um fator determinante para abertura do processo de impeachment. É o que também atesta veementemente o próprio presidente Michel Temer em entrevista à Rede Bandeirantes em 15 de abril de 2017:

“[...] uma ocasião ele foi me procurar, eram umas duas horas da tarde mais ou menos, dizendo, “hoje eu vou arquivar todos os pedidos de impeachment [...] porque prometeram-me os três votos do PT no Conselho de Ética”. [...] No dia seguinte eu vejo logo o noticiário dizendo que o presidente do partido, do PT, e três membros do PT se insurgiram contra aquela fala e votariam contra. Quando foi três horas da tarde ele me ligou e disse, “tudo aquilo que eu disse não vale, porque agora vou chamar a imprensa e vou dar início ao processo de impedimento”. Então veja que coisa curiosa, se o PT tivesse votado com ele naquela comissão de ética é muito provável que a senhora presidente continuasse [...]”<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8qyCYNEkfOg&feature=youtu.be>. Acesso em 15 de junho de 2018.

**Imagem 1** – Capa dos três jornais impressos de maior circulação no Brasil um dia após o acolhimento da denúncia contra Dilma Rousseff na CD.



Fonte: Elaboração própria através do acervo de capas dos respectivos jornais.

O fato do discurso midiático exposto na imagem acima ser praticamente igual nos três jornais é relevante e será abordado mais adiante neste trabalho. Por hora, é preciso entender o papel da mídia dentro do processo de impeachment e como ela foi acionada pelos parlamentares em seus discursos de acusação ou defesa da ex-presidente. Até o final da tramitação da denúncia contra Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016, o conteúdo produzido pela mídia, em especial pelos três jornais impressos acima mencionados, foi adotado francamente pelos líderes partidários em análise neste trabalho como subsídios para os seus posicionamentos<sup>22</sup>.

*“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vários jornais de ontem e de hoje já tratam do pós-impeachment. É engraçado. Nós estamos fazendo uma Comissão do Impeachment para investigar crime de responsabilidade, mas já há entrevistas com os futuros Ministros: Armínio Fraga, hoje, na **Folha de S. Paulo**; José Serra, em **O Estadão**; e Fernando Henrique, que saiu da posição de dúvida quanto à renúncia da Dilma para apoiar o impeachment, seguindo as ruas, sem que seja determinado crime de responsabilidade. A questão que eu levanto é a seguinte: o que está sendo planejado como transição, se o impeachment se consumir? Onde está o Michel Temer? “Onde está Wally?” Onde está o PMDB? Será que ele está onde sempre esteve e tem legitimidade para fazer uma transição?” (Deputado Ivan Valente (PSOL-SP), em 21 de março de 2016, contra o impeachment)*

*“Eu quero deixar claro aqui: hoje a **mídia** não destaca aqueles que são os argumentos da defesa da Presidenta Dilma. Não os destaca porque quer exatamente fazer passar uma versão que mistura várias questões: pedaladas de 2014, problemas de corrupção na PETROBRAS, déficit primário, superávit primário, enfim, faz uma grande confusão para procurar justificar uma medida absolutamente golpista, que é o afastamento da Presidente da República.” (Deputado Carlos Zarattini (PT-SP), em 31 de março de 2016, contra o impeachment)*

<sup>22</sup> Os cinco posicionamentos aqui expostos foram coletados através do portal da Câmara dos Deputados. São discursos proferidos entre 02/12/2015 (dia do acolhimento da denúncia) e 18/04/2016 (um dia após votação da denúncia na Câmara) no Plenário da CD e na Comissão Especial do impeachment.



*“Para terminar, Sr. Presidente, quero ressaltar que **um jornal de grande circulação** no Espírito Santo, muito bom por sinal, trouxe a seguinte manchete: “Casagrande admite que PSB pode se aliar ao PT”. Quem lê a manchete pensa que é outra coisa. Na entrevista, o ex-Governador diz que o PSB, em alguns Municípios, pode se aliar ao PT. Não há nenhum quebra-molas, nenhum mata-burro que nos impeça de conversar. O PT tem bons quadros, principalmente no Espírito Santo, dos quais eu sou amigo. É claro que não é o PT que está governando o Brasil! É claro que não é o PT da Presidente Dilma Rousseff que afundou esta Nação econômica e administrativamente! Quem leu a manchete precisa ler a reportagem, que não liga o PSB ao PT - nem o PSB nacional, nem o PSB capixaba.”* (Deputado Paulo Foletto (PSB-ES), em 6 de abril de 2016, a favor do impeachment)

*“Eu quero agora fazer uma homenagem à imprensa brasileira. A homenagem que eu faço à imprensa tradicional e às novas mídias é ler um pequeno trecho do editorial de hoje do **Estado de S. Paulo**: “Dilma deverá ser afastada da presidência da república porque sua gerência arrogante e inepta resultou na inflação que corrói os rendimentos da população de baixa renda e na recessão que rouba os empregos igualmente de chefes de família e de jovens.”* (Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), em 14 de abril de 2016, a favor do impeachment)

*“O que se passa, de verdade, por trás desse processo do impeachment? Eu não preciso falar muito aqui, porque, na própria entrevista do nosso nobre Relator do processo de impeachment, ele mesmo já resume todos os argumentos. Confesso que, se eu soubesse que ele ia dar essa entrevista, hoje de manhã, para a **Folha de S. Paulo**, eu não precisaria nem usar a minha 1 hora de tempo - eu estive aqui das 3 horas às 4 horas da manhã -; bastaria eu vir aqui e falar dessa sua entrevista para você que está me assistindo, para V.Exa., Deputado indeciso, entender o que estamos dizendo aqui há mais de 36 horas diretas.”* (Deputado Weverton Rocha (PDT-MA), em 16 de abril de 2016, contra o impeachment).

A análise do conteúdo dos discursos proferidos pelos deputados federais durante o período em que o processo de impeachment transcorria na CD demonstra algumas formas pelas quais a informação midiática é utilizada por esses parlamentares, especificamente aqui, líderes partidários. Esses usos se enquadram em diversas teorias de comunicação, as quais serão abordadas detalhadamente no capítulo 2. Tem-se, portanto, a centralidade do que é noticiado pela mídia no debate político, seja como forma de agendamento, ou seja, o discurso gerado através de uma informação anterior, ou também como justificativa para determinada ação, e ainda como exaltação do conteúdo de forma a legitimar a própria posição.

O desgaste da ex-presidente Dilma Rousseff diante da opinião pública durante o período de tramitação da denúncia na CD era a cada dia mais incrementado pelas notícias produzidas pela imprensa fruto das investigações judiciais contra personalidades do PT, partido da ex-presidente, das chamadas “pautas bombas” agendadas pelo ex-presidente da CD, Eduardo Cunha (MDB-RJ), e do agravamento da crise econômica que ainda assola o país. Essas notícias eram amplamente utilizadas pelos parlamentares para embasar o posicionamento pró-impeachment. Não é possível afirmar que foi a partir da informação midiática que os parlamentares definiram o seu voto, seja a favor ou contra o afastamento de Rousseff. Como

ver-se-á nas próximas partes deste capítulo, outros dois elementos foram fundamentais para o anseio de que a ex-presidente fosse retirada do cargo, a saber: o fato dela ser mulher e a sua relação com o Congresso Nacional.

A construção do impeachment de Dilma Rousseff é prévia ao acolhimento da denúncia por Eduardo Cunha. Como já exposto aqui, os setores de oposição<sup>23</sup> ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT) mencionavam abertamente desde o final da eleição em 2014 a possibilidade de Dilma não concluir o mandato. Mas foi às vésperas do segundo turno eleitoral de 2014 que pela primeira vez se falou em impeachment. Após a revista *Veja* antecipar a publicação de sua edição semanal na qual os rostos de Dilma Rousseff e Lula da Silva apareciam atrás dos dizeres: “Eles sabiam de tudo”<sup>24</sup>, o colunista mais lido pelos deputados federais<sup>25</sup>, Merval Pereira, escreveu em sua coluna de 24/10/2014: “o impeachment da presidente será inevitável”<sup>26</sup>.

É possível ter uma clara noção de que uma articulação política pró-impeachment e a favor de um governo de Michel Temer (MDB), então vice-presidente da República, se construía anteriormente ao início do rito regimental do impeachment na CD quando datamos em outubro de 2015, o lançamento pelo PMDB, atual MDB, partido que constituía base aliada ao governo PT, de um documento intitulado “*Uma Ponte para o Futuro*”, o qual propunha uma série de medidas visando a retomada do crescimento da economia brasileira e continha críticas aos “excessos” cometidos pelo governo federal nos últimos anos.

Esse documento do MDB, publicado com anuência do então presidente do partido e vice-presidente da República Michel Temer, estava em perfeita consonância com a agenda conservadora e liberal da maior parte dos deputados eleitos em 2014, como demonstrado anteriormente. O “*Uma Ponte para o Futuro*” representava os interesses dos empresários e do sistema financeiro, até então renegados pela ex-presidente Dilma em seu programa político, e criava esperança na maior parte do Congresso Nacional que se beneficiaria amplamente do diálogo com o executivo que, com as medidas propostas no documento, passariam a possuir.

---

<sup>23</sup> Os setores de oposição ao PT aqui referidos não compreendem somente os partidos não-aliados no Congresso Nacional. Tratam-se de grupos financeiros, midiáticos e corporativos que não apoiavam as medidas, principalmente econômicas, que vinham sendo adotadas por Dilma Rousseff e sua equipe.

<sup>24</sup> O “tudo” ao qual a revista *Veja* fazia referência é o esquema de corrupção na Petrobras em investigação pela Operação Lava Jato.

<sup>25</sup> Em levantamento feito pelo Instituto FSB Pesquisa, Merval Pereira aparece como o jornalista mais acompanhado pelos deputados federais. Disponível em: <http://www.institutofsbpesquisa.com.br/pdf/midia-e-politica-2016.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2018.

<sup>26</sup> Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira/post/tendencias-denuncias-553108.html>. Acesso em 15 de junho de 2018.

“O programa que seria implementado, caso fosse bem-sucedida a manobra para derrubar Dilma, já estava pronto e dado a público desde outubro de 2015. Tratava-se de Uma ponte para o futuro, documento programático produzido pelo PMDB, partido do vice-presidente Michel Temer. A essência do documento é o resgate pleno da agenda neoliberal (o modelo perdedor nas eleições de 2014), purificando-a dos arroubos sociais dos governos do PT e retomando o processo de privatização, relativamente brechado nas gestões de Lula e Dilma.” (PAULANI, 2016, p.74)

A prova mais cabal de que o documento editado pelo MDB em outubro de 2015 estava aliado aos interesses de um Congresso Nacional conservador e do setor financeiro nacional e internacional está na fala do então vice-presidente, Michel Temer, após almoço com empresários e investidores na sede da *American Society/Council of the Americas*, no dia seguinte a sua participação na ONU, onde defendeu a legalidade do impeachment:

“[...] há muitíssimos meses atrás, dez, doze meses [...] nós lançamos um documento chamado uma Ponte para o Futuro, porque nós verificávamos que seria impossível o governo continuar naquele rumo, e até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento [...], e como isso não deu certo, não houve a adoção, instaurou-se um processo que culminou agora com a minha efetivação como presidência da República”.<sup>27</sup>

A base de apoio de Dilma Rousseff no seu processo de impeachment, isto é, os deputados federais que declaradamente se posicionavam contra o afastamento, também não foram convencidos, por assim dizer, em razão da informação midiática contra ou a favor de Dilma. As narrativas construídas por esses parlamentares para justificar as suas posições estavam centradas na lógica de defesa do estado democrático de direito. O PSOL, partido que publicamente declarava-se oposição de esquerda ao governo Dilma, é um notório exemplo de que elementos alheios à atuação da mídia no processo e anteriores ao acolhimento da denúncia na CD foram mais relevantes, como a ideologia partidária e a frontal oposição ao que estaria por vir em caso de efetivação do término do mandato da ex-presidente.

Entretanto, a opinião pública era bombardeada diariamente com manchetes de jornais e coberturas novelísticas de manifestações contra Rousseff. Isso era um elemento central para que os parlamentares indecisos, de partidos de centro, ou pelo menos sem ligação formal com um dos lados da disputa, firmassem o posicionamento, já definido, de que existia um grande clamor nacional pela retirada de Dilma Rousseff do cargo.

*“O impeachment passou a ser o tema principal na mídia, jornalistas conversavam com os deputados, procuravam saber a opinião, mas aqui no Congresso todo mundo sabia que a Dilma ia cair pela intolerância a ela. Ela se fez intolerante.”* (Deputado Paulo Foletto – Líder do PSB)

---

<sup>27</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=wPphw\\_VUquM&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?v=wPphw_VUquM&feature=youtu.be). Acesso em 15 de junho de 2018.

*“A mídia foi conveniente com ela, até criticou pouco. A Dilma era muito ruim, os discursos eram horríveis, não sabia os temas.”* (Deputado Antonio Imbassahy. – Líder do PSDB)

*“Eu levei em consideração o povo. O povo foi definitivo na formação do meu voto. E não só no meu, mas também de muitos outros deputados. Quem votou pra tirar a Dilma não queria nem que ela tivesse sido eleita, essa é a verdade.”* (Deputado Maurício Quintela Lessa. – Líder do PR)

*“A culpa foi dela. Eu acho ainda que a questão da Dilma foi a relação ruim dela com o Congresso e um governo que desestabilizou a economia e trouxe insegurança jurídica para a nação. A mídia só se aproveitou disso.”* (Deputado Rogério Rosso – Líder do PSD)

*“O conluio dos golpistas para retirada da Dilma é o mesmo que não queria Lula presidente desse país. A mídia trabalha contra o PT tem muito tempo. Isso não é de agora.”* (Deputado Carlos Zarattini – Líder do PT)

*“A grande imprensa brasileira foi a favor do golpe, isso é inegável. Ela queria garantir que sua vontade ia ser concretizada. Aqui já se sabia que a Dilma sairia, mas precisávamos continuar na defesa da democracia. A política é isso.”* (Deputado Daniel Almeida – Líder do PCdoB)

Em um domingo, 17 de abril de 2016, em sessão extraordinária transmitida ao vivo pelas principais emissoras de televisão aberta do país, a Câmara dos Deputados apreciou a denúncia contra a ex-presidente Rousseff. Como já era previsto pela mídia e pelos próprios parlamentares, Dilma foi afastada do cargo e o processo passaria a tramitar no Senado Federal pelo prazo regimental de no máximo 180 dias a contar daquele domingo.

### 1.2.1. A mulher nunca vista dentre os homens de sempre

A 55ª legislatura da CD possui 53 deputadas em exercício do cargo<sup>28</sup>. Um número quase dez vezes menor que o total de deputados. A presença majoritária de homens na Câmara dos Deputados não é recente, tampouco no campo político de forma geral. Não é por acaso que no recorte de líderes partidários dado na pesquisa empírica deste trabalho não conste nenhuma mulher. Da forma como compreendem Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel, não basta a mulher ocupar um cargo no Congresso Nacional para que sejam equiparadas as disparidades na influência para elaboração de leis ou formulação de políticas (MIGUEL; BIROLI, 2008).

Não foi diferente com Dilma Rousseff. Constituiu-se insuficiente à economista, com 62 anos à época, ter ocupado o cargo máximo de poder na República brasileira para que a sua voz fosse ouvida pelos seus pares do campo político de forma significativa e equânime. A luta das mulheres por participação no mundo político é um processo histórico longo. No período da Proclamação da República, no Brasil, teve início a reivindicação pelo sufrágio, uma

---

<sup>28</sup> Levantamento atualizado em 7 de junho de 2018. O número de deputadas pode variar numa mesma legislatura em razão, majoritariamente, de licenciamentos e renúncias ao cargo.

expectativa não alcançada em decorrência da Assembleia Constituinte de 1891 não ter versado sobre o direito ao voto feminino. Somente em 1932, através de uma trajetória de lutas feministas por participação política, as mulheres puderam votar e se candidatar no Brasil.

Entretanto, a efetiva inclusão das mulheres na política deve ir muito além do voto. Mesmo com 52% do eleitorado brasileiro<sup>29</sup>, apenas em 2011 o país teve sua primeira presidente mulher. Isso pode ser explicado pelo fato de que, via de regra, as mulheres sofrem preconceito de gênero e são reconhecidas pelos seus pares homens como incapazes quando decidem entrar no campo político. A eleição de Dilma Rousseff poderia ter representado no Brasil um grande passo para a desconstrução das imagens atreladas ao que seria o papel da mulher na sociedade, mas não foi bem-sucedida para tal fim, sendo derrotada pelo patriarcado dentro do Congresso Nacional e por uma mídia nacional a serviço dos donos do dinheiro.

O que interessa aqui, em particular, é a hipótese de que a ex-presidente teve dificuldades para governar e dialogar com o parlamento em decorrência da sua condição enquanto mulher, os desdobramentos disso na mídia e no processo de impeachment. Há que se destacar, entretanto, que essa hipótese foi levantada pelos próprios interlocutores através das entrevistas realizadas. A narrativa que aloca na questão de gênero a dificuldade da interação de Dilma com o Congresso Nacional foi trazida à tona pelos líderes partidários entrevistados e pelas chefes de gabinete desses líderes<sup>30</sup>.

*“Ela nunca foi política, ela era um poste. O Lula falou que ia elegê-la e elegeu um poste.”* (Deputado Antonio Imbassahy – Líder do PSDB)

*“Todo dia você via pela imprensa que a presidenta não conseguia governar porque era descontrolada, porque era grossa, porque era dura demais. Puro machismo. Nunca se ouviu dizer o mesmo de um ex-presidente.”* (Deputado Carlos Zarattini – Líder do PT)

*“O que fizeram com a Dilma, a Veja, a IstoÉ, de dizer que ela não podia ficar no cargo por questões psicológicas. Onde já se viu?! ”* (Deputado Daniel Almeida – Líder do PCdoB)

*“Não é uma questão dela ser mulher, é que ela era extremamente desequilibrada, imprevisível. Era impossível para nós qualquer tipo de conversa com ela.”* (Deputado Baleia Rossi – Líder do MDB)

*“Com certeza toda a população brasileira se envergonhou de ver uma mulher como ela na presidência. A ideia de que a Dilma ia trazer um olhar mais feminino, com*

---

<sup>29</sup> Mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso em 7 de junho de 2018.

<sup>30</sup> Conforme será melhor compreendido no Capítulo 3, foram realizadas entrevistas com os assessores das lideranças partidárias em estudo. Apresenta-se nesta parte do Capítulo 1 os discursos colhidos em entrevistas com as assessoras parlamentares. Parte-se da noção de que as mulheres lotadas em cargos institucionais também poderiam descrever com fidedignidade suas percepções sobre os elementos questionados e, especialmente, sobre questões de gênero. Mesmo com a anuência conferida no momento da entrevista, preserva-se a identidade dessas mulheres.

*mais sensibilidade, morreu logo no primeiro mandato.” (Deputado Pauderney Avelino – Líder do DEM)*

*“Em condições de poder, a mulher deixa de ser vista como objeto frágil, e isso é imperdoável. E aí começa a história das mulheres duras. É verdade. Sou uma mulher dura cercada por homens meigos. Os homens mandam e desmandam, e são suaves e meigos. É preciso que a mulher coloque a cabeça pra fora para disputar mais cargos políticos” (Ex-presidente Dilma Rousseff)*

*“A política é um espaço muito machista. Diariamente eu vejo isso. Muitos deputados não gostam, preferem não conversar comigo, mesmo sendo Chefe de Gabinete, a gente percebe a dificuldade por ser mulher. Manda um homem lá pra ver se eles não recebem. E não é só o deputado não, o próprio gabinete faz igual.” (Assessora de líder partidário contra o impeachment)*

*“Aqui não é nada fácil, viu?! A gente tem que trabalhar e suportar as cantadas. Inclusive de deputado da esquerda! Com as deputadas é a mesma coisa.” (Assessora de líder partidário contra o impeachment)*

*“As deputadas acabam sabendo até onde podem ir. Se tiver acordo, até que elas conseguem uma relatoria polêmica.” (Assessora de líder partidário a favor do impeachment)*

*“A Dilma era ruim mesmo, mas alguns comentários passavam do ponto. Dizer que é porque ela é mulher é um desrespeito com as mulheres.” (Assessora de líder partidário a favor do impeachment)*

Os estudos que interseccionam política, mídia e gênero são poucos e recentes no Brasil (MIGUEL; BIROLI, 2008), muito se deve em razão da contemporaneidade da presença da mulher de forma mais ativa na política, isto é, nos mais altos postos de poder institucionalizado, como foi o caso de Dilma Rousseff na presidência. Partindo da hipótese do agenda-setting, a mídia colocou a imagem da ex-presidente sob as óticas sexistas e misóginas para crivo da opinião pública, esta, para tanto, acatou e reproduziu.

Em 2015, primeiro ano do segundo mandato de Rousseff, o site da revista Época publicou um texto intitulado “Dilma e o Sexo”, apresentando supostas “revelações” sobre a sexualidade de Dilma Rousseff. Com uma imensa repercussão negativa, a reportagem foi excluída no mesmo dia de sua publicação<sup>31</sup>, nela, os problemas do país eram associados a uma “falta de erotismo” em Dilma:

*“A presidente da nação não entendeu o principal recado de boa parte dos manifestantes que foram às ruas no domingo, 16 de agosto: eles querem que ela expresse uma sexualidade, uma comunicação corporal que crie empatia, proponha, acrescente, acolha.” (Trecho de matéria ‘Dilma e o Sexo’ publicada na revista Época em 20 de agosto de 2015.)*

---

<sup>31</sup> Editor de “Época” faz texto sobre sexualidade de Dilma e tira do ar após repercussão. Disponível em: <http://portalimprensa.com.br/noticias/brasil/73940/editor-de-epoca-faz-texto-sobre-sexualidade-de-dilma-e-tira-do-ar-apos-repercussao>. Acesso em 7 de junho de 2018.

A reportagem da revista *Época* revela a discriminação de mulheres que exercem profissões tradicionalmente “masculinas”. Mas não só por aí, essa discriminação pode ser percebida na baixa representatividade de mulheres na política, na desigualdade de salários e nas manifestações de violência contra as mulheres. Evidencia-se, portanto, uma relação de assimetria, no que tange à representação, entre homens e mulheres. Como prova disso, e de como a informação midiática é introjetada na opinião pública, basta uma simples comparação entre a reação ao aumento dos preços dos combustíveis em 2015, com Dilma, e em 2018, com Michel Temer.

Ao aumentar os impostos sobre a gasolina em 2015, a ex-presidente Dilma Rousseff foi vítima de uma enorme violência. Em forma de protesto à medida do governo, foram produzidos adesivos com uma montagem gráfica de Rousseff com as pernas abertas a serem colados no local de abastecimento dos veículos, como se a bomba de gasolina violentasse sexualmente a ex-presidente (Imagem 2), uma empírica evidência de grave apologia ao estupro. Já com Michel Temer, mesmo com uma elevação superior no preço dos combustíveis, não há registro de “protestos” no mesmo viés ao que acometeu Rousseff.

**Imagem 2** – Adesivos apologéticos ao estupro em protesto contra Dilma Rousseff.



Fonte: Portal Terra. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/governo-denuncia-adesivo-com-ofensa-sexual-a-dilma,33f5fa7ff225c4a3d42f654bee769de9s9gleRCRD.html>. Acesso em 7 de junho de 2018.

Ainda sobre o papel da mídia na desqualificação da ex-presidente, apresenta-se uma outra publicação que reflete a concepção compartilhada pelos líderes partidários, em análise neste trabalho, sobre Dilma, a saber: incompetência, histeria e descontrole. Em 6 de abril de 2016, às vésperas da votação da denúncia na Câmara dos Deputados, a revista *IstoÉ*



trouxe em sua capa semanal a imagem de Rousseff gritando e acompanhada dos seguintes dizeres: “As explosões nervosas da presidente: em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o país” (Imagem 3).

**Imagem 3** – Capa da revista *IstoÉ*, Edição nº 2417, em 6 de abril de 2016.



Fonte: Revista *IstoÉ*.

Como se não fosse suficiente publicar uma matéria com o título “Uma presidente fora de si”, a revista *IstoÉ* usa na capa uma foto da ex-presidente comemorando um gol da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 2014, isto é, aplica uma imagem fora de contexto a fim de contribuir para comprovação de sua narrativa. Dilma Rousseff não era o tipo de presidente que a mídia e os parlamentares esperavam, ela contrariava o modelo clássico de mulher já que não estava atrelada a um homem que comandasse e não se dedicava, publicamente e exclusivamente, às atividades domésticas. Foi por esse caminho que a revista *Veja* noticiou com exaltação a condição de “bela, recatada e do lar” da primeira-dama Marcela Temer, esposa de Michel Temer, enquanto uma mulher inserida no campo político e que, mesmo com isso, cuida do marido, da casa, dos filhos e ainda se preocupa com a beleza. Direta contraposição à imagem de Dilma Rousseff.



Ao definir quatro dispositivos de saber e poder a respeito do sexo, Foucault (1988) apresenta como quarto item estratégico a ideia de “histerização” do corpo das mulheres. Um processo que restringe o corpo das mulheres às práticas puramente sexuais e associado à noção de um corpo social pertencente ao espaço familiar, fazendo com que quaisquer desvios de conduta para além do corpo sexual e social sejam enquadrados como fruto de uma sexualidade “anormal”, na qual estão incluídas as mulheres histéricas, nervosas e frígidas (FOUCAULT, 1988).

A elite parlamentar que aqui se estuda não é atingida pelas investidas da mídia de forma integral, ou da mesma maneira como poder-se-ia aplicar aos cidadãos comuns. Não é que exista um grau de refinamento na preferência de informações por parte desses líderes partidários, conforme é detalhado melhor no capítulo 3 deste trabalho, mas há uma atuação parlamentar, inerente ao campo político, que possui razões próprias (BOURDIEU, 2011). Nesse sentido, assume-se a possibilidade de efeitos limitados da mídia em razão da alta seletividade dos receptores, da transmissão indireta, isto é, através de intermediários, e influência não imediata (KATZ, 1990).

A mídia, apesar de colocar na “ordem do dia” a imagem de uma presidente da República durona<sup>32</sup>, exigente<sup>33</sup> e controladora<sup>34</sup>, não foi o elemento central para que os parlamentares mencionassem a questão de gênero como ponto relevante para a retirada de Dilma Rousseff do cargo. É dentro da díade ideológica esquerda e direita (BOBBIO, 1995) que se explica o porquê da presença dessa narrativa, os primeiros trazem a problemática de gênero em decorrência da primazia do igualitarismo, ou seja, não concebem que haja um tratamento distinto com Rousseff por ela ser mulher, já nos últimos existe uma intolerância à diversidade étnica, cultural e sexual, a qual não concebe que a mulher ocupe cargos além daqueles inseridos nos tradicionais campos da paixão e do sentimento.

### 1.2.2. Coalizão para governar

A Constituição de 1988 modificou as bases institucionais do sistema político nacional, os poderes legislativos do presidente da República foram ampliados de forma a garantir a preponderância legislativa do Executivo, ao mesmo tempo em que os recursos

---

<sup>32</sup> Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/04/politica/1412390139\\_262174.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/04/politica/1412390139_262174.html)>. Acesso em 10/06/2018.

<sup>33</sup> Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,perfil-conhecida-como-exigente-e-durona-dilma-reforcou-essa-fama-na-presidencia,1515459>> Acesso em 10/06/2018.

<sup>34</sup> Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,perfil-dilma-controladora-e-durona-deve-ter-aprendido-com-erros-torcem-aliados,1582059>> Acesso em 10/06/2018.

legislativos à disposição dos líderes partidários para comandar suas bancadas foram aumentados pelos regimentos internos das casas legislativas (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1998).

O Poder Executivo, portanto, teria a prerrogativa de dominar a agenda política do país, isto é, determinando o que deve ser pautado para discussão e votação e quando. No entanto, com Dilma Rousseff na presidência da República foi possível evidenciar fragilidades no modelo presidencialista proposto pela Carta de 1988. Não foi somente a aprovação das proposições legislativas que versavam sobre a terceirização do trabalho (PL 4330/2004) e a reforma trabalhista (PL 6787/2016) na 55ª legislatura da CD, como apresentado anteriormente, que materializaram tal fragilidade. Ainda em 2011, a ex-presidente sofreu derrotas na Câmara dos Deputados com a votação do Código Florestal<sup>35</sup> e da medida provisória dos portos. Conforme Avritzer (2016) reconhece, essas duas últimas medidas sofreram no Congresso Nacional atuação intensa de *lobbies* para manutenção do *statu quo* e demonstraram a dificuldade do governo em dialogar com o Poder Legislativo.

Para Limongi e Figueiredo (1998), a maior preocupação da Assembleia Constituinte de 1988 estava alocada na eficiência do processo decisório, isto é, a ideia de modernização institucional adotada pelos constituintes estimava evitar o protelamento da tomada de decisões e as crises políticas dando, com o presidencialismo, a capacidade de o governo dar respostas rápidas à sociedade através da garantia de sua governabilidade. Todavia, em razão do sistema proporcional para eleição dos representantes estaduais no Congresso<sup>36</sup>, o presidente da República é eleito para o cargo com uma quantidade de votos muito superior ao que o seu partido recebe em representantes no Congresso Nacional, deputados federais e senadores, o que implica, conforme explica Abranches (1988), na necessidade de alianças políticas para obter governabilidade, surge assim o chamado “presidencialismo de coalizão”.

Foi justamente a coalizão que gerou um grande problema para Rousseff a partir de 2015, com a saída do MDB de sua base aliada e assumindo lugar de destaque no polo oposto

---

<sup>35</sup> O governo sofreu diversas derrotas no Congresso Nacional para aprovação do Código Florestal, dentre elas, a importante recuperação da vegetação em áreas próximas de mananciais (AVRITZER, 2016).

<sup>36</sup> “As eleições para presidente, governador e senador são muito simples: o mais votado ganha a vaga. Já nas disputas para deputado estadual/distrital e deputado federal, os votos dos eleitores não vão apenas para os candidatos, mas também para seus partidos. A eleição de um deputado depende, então, dos votos obtidos pelas legendas e coligações partidárias. O sistema eleitoral proporcional, que define os eleitos para a Câmara dos Deputados, as assembleias legislativas (estaduais) e a Câmara Legislativa do Distrito Federal, envolve uma série de cálculos para determinar quem serão os representantes do povo nos parlamentos. Por isso, candidatos bem votados podem ficar fora da lista de eleitos, enquanto outros com menos votos podem se eleger.” Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/10/01/como-funciona-a-eleicao-de-deputados-federais-e-estaduais>. Acesso em 15 de junho de 2018.

ao da então presidente. Para Abranches (1988), o presidencialismo de coalizão pode ser entendido como uma solução institucional para a problemática posta entre a forma como o presidente é eleito, votos majoritários, e a representação proporcional no Congresso. Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff, no seu primeiro mandato, conseguiram confirmar a capacidade de agenda do Poder Executivo a partir da conquista de apoio da maioria do Senado e da Câmara dos Deputados. Faz-se necessário recorrer aos elementos históricos para compreender a relação entre o impeachment de Rousseff e o presidencialismo de coalizão.

A atuação de FHC entre 1994 e 2001 é importante para compreender que a ideia de governabilidade estava associada à adoção de medidas que contemplassem os interesses do grupo com o qual se firmava a coalizão. O PSDB, partido do ex-presidente FHC, elegeu 63 deputados em 1994 (13% do total de deputados federais) e 71 em 1998 (15%), números que seriam irrisórios para garantir a governabilidade do então presidente, no entanto, Fernando Henrique Cardoso conseguiu aprovar 84% das suas proposições de lei<sup>37</sup>. Nobre (2013) explica que nos governos FHC houve uma agenda que atendia aos interesses de um Congresso Nacional conservador, o que contribuía, portanto, para o fortalecimento das alianças com os demais partidos políticos que seguiam a mesma linha ideológica.

No caso dos governos Lula insere-se um forte elemento garantidor da governabilidade, a saber: a legitimidade adquirida nos processos eleitorais. Mesmo assumindo o cargo de presidente da República em 2002 sem grandes alianças políticas e sem relevante representação no Congresso, apenas 17% do total de parlamentares, o ex-presidente Lula da Silva consegue implementar políticas sociais importantes, que ainda sob forte descaracterização permanecem até hoje, na contramão do conservadorismo majoritário. Tais políticas voltadas para a diminuição da desigualdade social garantiram ao PT a governabilidade, pensada para além da capacidade de tomar decisões e inserida no contexto de produção de políticas públicas demandadas pelo eleitorado, necessária para manutenção do seu projeto político (NOBRE, 2013).

Curiosamente, o PT iniciou a sua crise de governabilidade dentro do próprio partido. Um grupo de deputados descontentes com as alianças feitas com partidos menores - PL, PCdoB, PMN, PCB – dividiram o bloco de apoio ao partido na Câmara. O PT não conseguiu manter as amplas alianças que precisava fazer, na medida em que buscava por maior poder de agenda, sem comprometer as suas causas político-ideológicas que o vinculava à base de apoio.

---

<sup>37</sup> AVRITZER, 2016, pp. 34.

Com isso, no primeiro semestre de 2005, um expressivo grupo de parlamentares deixou o partido resultando em uma grande dificuldade na legitimidade de ação com a base.

A aliança com o MDB, a qual o PT tanto rejeitava no primeiro mandato de Lula da Silva, se tornou inevitável. E com ela vieram os custos de se manter a coalizão. Avritzer (2016) afirma que, dentre os elementos que vem como consequentes ao presidencialismo de coalizão, a cessão de cargos públicos é o problema mais determinante dentro do governo. Foi quando o PT cedeu menos ministérios à sua coalizão de apoio no Congresso que eclodiu o episódio de compra de votos de parlamentares conhecido como “Mensalão”<sup>38</sup>.

Após a emergência dos custos de se manter a maioria no Congresso Nacional, os governos seguintes de Lula e Dilma mantiveram a estratégia de distribuir cargos em ministérios a políticos da base aliada. Mesmo os ministérios que antes eram preservados pelo PT sob seu controle em razão da forte ligação desse partido com movimentos sociais, como é o caso do Ministério das Cidades, da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social, passaram a fazer parte da lista para loteamento de cargos em troca de apoio no parlamento. A ex-presidente Rousseff, teoricamente, assumiu o cargo em 2011 com potencialidade para a governabilidade. Ela trazia a aliança com o MDB na chapa, o seu vice-presidente era um emedebista com liderança histórica no partido, junto com isso, Dilma manteve as nomeações ministeriais a partidos políticos. Contudo, a partir de 2012 o governo da petista é assolado com denúncias de corrupção por parte de seus ministros, levando à demissão de sete deles em um mesmo ano, logo em seguida, em 2013, manifestações de proporções nunca vista no país tomam as ruas rebelando-se contra “tudo o que está aí”.

Começa-se a notar uma disjunção entre o presidencialismo de coalizão e a governabilidade. Conforme Avritzer (2016) evidencia precisamente, “os problemas de legitimidade em relação aos acordos para a formação de maiorias no Congresso superam os elementos positivos de produção de capacidade de decisão”<sup>39</sup>. Essa disjunção é fruto principalmente da não associação ideológica entre o Executivo e o Legislativo. Em retrospecto, foi simples para FHC aprovar a sua agenda conservadora e liberal em um Congresso que partilhava desses ideais<sup>40</sup>, Lula trazia com ele o trunfo da legitimidade popular e, ao começar a

---

<sup>38</sup> “O Supremo Tribunal Federal concluiu que o mensalão foi um esquema ilegal de financiamento político organizado pelo PT para corromper parlamentares e garantir apoio ao governo Lula no Congresso em 2003 e 2004, logo após a chegada do partido ao poder.” Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/especial/2012/ojulgamentodomensalao/ojulgamento/o\\_esquema.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/especial/2012/ojulgamentodomensalao/ojulgamento/o_esquema.shtml). Acesso em 15 de junho de 2018.

<sup>39</sup> AVRITZER, 2016, pp. 47.

<sup>40</sup> A predominância conservadora e elitista do Congresso Nacional é fruto também de produtos sociais inerentes à realidade brasileira, conforme evidencia Messenberg (2002, pp. 15).

enfrentar problemas na base, institucionalizou o presidencialismo de coalizão. Já Dilma enfrentou, em seu segundo mandato, uma impressionante guinada conservadora do Congresso Nacional, de forma a consolidar o seu maior adversário político, Eduardo Cunha, na presidência da CD, o qual, por conseguinte, não se absteve de agendar pautas retrógradas que iam na contramão do programa de governo do PT eleito em 2014.

Toda essa retomada histórica é fundamental para entender de que forma o presidencialismo de coalizão, ou a sua ausência, contribuíram para a retirada de Dilma Rousseff do cargo de presidente da República. A análise de conteúdo dos discursos dos líderes partidários, atores políticos essenciais dentro da lógica presidencialista (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1998), permitem compreender a centralidade do debate sobre o presidencialismo de coalizão no impeachment de Rousseff. A ausência de diálogo com o parlamento é um ponto em destaque para eles ao justificarem o porquê a retirada da ex-presidente:

*“O impeachment da Dilma se construiu na relação ruim dela com o Congresso. Ninguém mais aguentava uma presidente que não tinha paciência de conversar com deputado ou um grupo de deputados, ou uma representação de bancada, ou uma representação de estados.”* (Deputado Antonio Imbassahy – Líder do PSDB)

*“A Dilma era insuportável na relação com o Congresso, ela não conseguia ficar dez minutos conversando com a gente que começava a se coçar, mexer do lado, chamar assessor, não olhava no olho da gente.”* (Deputado Paulo Foletto – Líder do PSB)

*“Como ela não tinha experiência legislativa de vereadora, de deputada estadual, federal, e não tinha experiência executiva que dependia da relação com o Congresso, eu posso dizer que ela aguentou muito o primeiro mandato.”* (Deputado Baleia Rossi – Líder do MDB)

Ainda é possível identificar a primazia da atuação legislativa do Executivo ante à peça criminal que compunha a denúncia:

*“A Dilma perdeu para ela mesma, ela não perdeu para a pedalada fiscal. Todo mundo faz pedalada, muito maior do que a que a Dilma fez. Tem pecado dez mil vezes maior, o pecado dela é venial não é mortal. Ela se desconstruiu na relação política.”* (Deputado Eduardo da Fonte – Líder do PP)

*“Não adiantava provar que ela não tinha envolvimento com as pedaladas, ela tinha que sair pro país continuar andando. Ela podia mandar qualquer tema pro Congresso que não ia passar.”* (Deputado Pauderney Avelino – Líder do DEM)

*“Nós temos a convicção de que não há crime de responsabilidade fiscal nesse processo, mas falta governabilidade”.* (Senador Acir Gurgacz (PDT) em entrevista à TV Senado)<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/depjorgesolla/videos/1250516328301557/>. Acesso em 15 de junho de 2018.

Também se evidencia a ciência da base aliada da ex-presidente no processo de impeachment quanto à dificuldade de governabilidade caso Dilma não fosse afastada:

*“Nós sabíamos que se tratava de um jogo de cartas marcadas, a presidenta ia ser afastada, esse era o grande acordo. Agora, numa hipótese contrária, a manutenção do governo era inviável. (Deputado Carlos Zarattini – Líder do PT)*

*“O PSOL não votava com o governo em todas as matérias. Seguíamos a nossa convicção política e justamente por segui-la fomos contra o golpe. [...] A presidenta Dilma enfrentaria muita resistência caso vencesse o impeachment, [...] ou convocava novas eleições ou não tinha como governar.” (Deputado Ivan Valente – Líder do PSOL)*

Já não é mais possível afirmar que o presidencialismo clássico da Carta Magna de 1988, da forma como entendem Limongi e Figueiredo (1998), é a configuração da relação Legislativo-Executivo no ordenamento atual do Estado brasileiro. O presidencialismo de coalizão desajustou os arcabouços institucionais que definiam as prerrogativas dos Poderes, fazendo com que interesses particularistas se sobressaíssem ante as práticas parlamentares de cooperação. No entanto, o processo de impeachment de Dilma Rousseff demonstrou que o ciclo positivo no qual a coalizão possibilitava celeridade nos procedimentos decisórios e permitia governabilidade plena se encerrou e abre cada vez mais espaço para crises institucionais na legitimidade dos acordos.

### 1.3. A judicialização da política

Não obstante, o último aspecto a se destacar desta 55ª legislatura da Câmara dos Deputados trata do protagonismo do Judiciário como ator político com alta interferência no espaço de atuação dos demais poderes. Nas ciências sociais o interesse pelo tema tem sido frequente a partir da utilização da expressão “judicialização da política”, adotada pioneiramente por C.N. Tate e T. Vallinder (1995) para expressar os efeitos causados pela expansão do Poder Judiciário no processo decisório das democracias contemporâneas, valendo-se de métodos clássicos da justiça para a tomada de decisões no campo político, isto é, revisando nos tribunais ações legislativas e executivas e se inserindo na arena política através das Comissões Parlamentares de Inquérito, no caso do Legislativo, e dos juízes administrativos para o Executivo (TATE; VALLINDER, 1995).

Quando se trata de judicialização da política deve-se ter em mente a preferência dos operadores da lei – juízes, advogados corporativos – em participar das decisões políticas ativamente como um agente do campo, eximindo dos legisladores essa prerrogativa, ou fazendo crer que a decisão judicial da agenda política é mais positiva. Com isso, Maciel e Koerner (2002, pp.116) fizeram um levantamento para desvendar os usos dessa expressão que ganhou

o debate público, esses autores identificaram que a judicialização da política se expressa, de modo geral, no sentido normativo do papel atribuído aos agentes do sistema judicial e sobre a ampliação desse papel na democracia brasileira. Esses autores reconhecem que a constatação é precária no que tange ao conhecimento empírico, e de fato, quando escrevem a difusão da expressão em análise aqui era muito menor do que o que foi possível observar a partir de 2014 no Brasil.

O universo conceitual que envolve a expressão “judicialização da política” é controverso. É possível identificar em Arantes (1999) que o ativismo voluntarista dentro do Ministério Público traz implicações negativas para as funções das instituições públicas, já a partir da análise de Giselle Citadino (2000), existe um espaço aberto para o ativismo dos agentes judiciais na política a fim de contribuir na produção da cidadania. Eisenberg (em Vianna; 1999) avalia a politização do Judiciário brasileiro como positiva para evitar a prevalência de decisões conservadoras no campo político ou econômico, enquanto Werneck Vianna (1999) reforça que a procedimentalização do direito abre mais uma arena pública para formação de opinião e publicização das agendas das instituições políticas.

A discussão sobre como o Judiciário assumiu protagonismo nos últimos anos no Brasil e se inseriu no centro da crise política é relevante para compreender o cenário que se constrói no período da execução da pesquisa empírica deste trabalho. Em uma comparação irônica, a atual presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Carmén Lúcia, reconheceu publicamente que o Judiciário se tornou um ator amplamente conhecido no Brasil: “Tenho visto com muita frequência que os brasileiros conhecem muito mais os juízes do Supremo Tribunal Federal às vezes do que os jogadores que foram para a Copa nesta ocasião”<sup>42</sup>. A ministra atribui essa proximidade do Judiciário da sociedade brasileira à quantidade de processos polêmicos que o Poder Judiciário tem apreciado com celeridade.

No entanto, existe outra razão mais relevante para entender esse real conhecimento da sociedade sobre os juízes do STF, bem como sobre outras personalidades jurídicas do país. A intersecção dos principais elementos em debate neste trabalho, a mídia e a política, permite o acesso a essa outra explicação. A justiça brasileira está nas manchetes dos jornais se posicionando sobre a arena política. Historicamente, a Constituição de 1988 concedeu ao Judiciário um protagonismo diante dos outros poderes, dando a ele a possibilidade de mediar os conflitos. Contudo, surge uma relevante questão: como recorrer a uma instituição que já se

---

<sup>42</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/06/15/carmen-diz-que-ministros-do-supremo-sao-mais-conhecidos-que-jogadores-da-copa.htm>. Acesso em 16 de junho de 2018.

emitiu sua opinião? Precisamente, o sociólogo Jessé de Souza afirma: “O juiz fala nos autos, e não na imprensa e nos jornais. Sem isso ele não tem o distanciamento das disputas políticas que é fundamental para sua ação”<sup>43</sup>.

Nesse sentido, é necessário retornar as manifestações de junho de 2013 para entender de que forma o debate sobre a judicialização da política se tornou mais frequente. O cientista político Leonardo Avritzer (2016) salienta a mudança ideológica das manifestações em 2013, segundo o autor, a inicial pauta progressista foi substituída por demandas pluralizadas de cunho conservador, fazendo com que a reação ao aumento das tarifas de ônibus fosse substituída pelo debate sobre corrupção no Governo Federal, comandado à época por Dilma Rousseff. A pesquisadora e jornalista Sylvia Debossan Moretzsohn (2017) insere nessa discussão o fato de que a mídia ressignificou a forma como exibia os protestos de 2013 – contrária – para estimular a pauta generalista de combate à corrupção, fazendo despencar a popularidade da ex-presidente.

Logo em 2015, como uma evidente resposta aos anseios destacados pela imprensa em 2013, o Ministério Público Federal lançou uma campanha intitulada “Todos juntos contra a corrupção”<sup>44</sup> onde sugeria aos brasileiros que a corrupção deveria ser combatida por todos independente das possíveis relações de poder que facilitariam tal prática, de forma a igualar sob a mesma ótica o ato de “furar fila” e desviar dinheiro público. Com isso, Moretzsohn ainda evidencia a irresponsabilidade da imprensa ao não denunciar que o MPF sugeriu, em um programa entregue ao então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha<sup>45</sup>, “a aplicação de “testes de integridade” a funcionários públicos, ignorando [...] a presunção de inocência”<sup>46</sup>.

Com o notável apoio de grande parte da mídia, os setores do Poder Judiciário – Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União e outros – continuaram a se aproveitar disso e atuar como atores do campo político. Em 2016, o canal de televisão pago GloboNews e

---

<sup>43</sup> SOUZA, 2016, pp.118.

<sup>44</sup> “A Campanha #todosjuntoscontracorrupcao é um dos três pilares do Programa Nacional de Prevenção Primária à Corrupção (PNPPC). Pretende suscitar uma reflexão qualificada e abrangente sobre o tema auxiliando no enfrentamento efetivo da Corrupção. A Campanha também divulgará o Chamamento Público que visa receber propostas de prevenção primária à Corrupção de todo o Brasil. A partir desse chamamento as propostas serão selecionadas e formarão o Banco de Propostas de prevenção primária à corrupção que estará acessível a todos na internet. Esse é o segundo Pilar. O terceiro pilar é a Rede Colaborativa que será composta por empresas, órgãos governamentais, ONGs e Universidades que se identifiquem com o tema e que queiram apoiar e contribuir na execução, na expansão, no fortalecimento das propostas de combate à corrupção”. Disponível em: <http://www.todosjuntoscontracorrupcao.gov.br/campaign.html>. Acesso em 8 de junho de 2018.

<sup>45</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/29/congresso-recebe-2-milhoes-de-assinaturas-por-medidas-contracorrupcao.htm>. Acesso em 8 de junho de 2018.

<sup>46</sup> MORETZSOHN, 2017, pp.72.



a Rede Globo transmitiram ao vivo uma coletiva de imprensa dada pelos procuradores Dallagnol e Roberson Pozzobon, na qual o ex-presidente Lula da Silva era acusado pelo MPF de ser o “comandante máximo” de um esquema de corrupção denominado de “propinocracia”<sup>47</sup>. Embora, como salienta Souza e Moretzsohn, o Judiciário deva garantir a inocência de acusados até que se julgue o contrário mediante provas cabais, a mídia brasileira prefere adotar a lógica do senso acrítico<sup>48</sup>, espetacularizando a política e transferindo para o judiciário a capacidade de “salvar a nação”. Denota-se, portanto, que a questão da corrupção era pautada com veemência pela mídia na agenda política do país, transformando-a em uma linha auxiliar dos agentes da lei, conforme esclarece o juiz identificado pela ampla classe média brasileira como “paladino da moralidade nacional”:

“Na verdade, é ingenuidade pensar que processos criminais eficazes contra figuras poderosas, como autoridades governamentais ou empresários, possam ser conduzidos normalmente, sem reações. Um Judiciário independente, tanto de pressões externas como internas, é condição necessária para suportar ações judiciais da espécie. Entretanto, a opinião pública, como ilustra o exemplo italiano, é também essencial para o êxito da ação judicial.” (MORO, 2004, p. 57)

Os recados públicos do judiciário não se restringem aos procuradores do MPF, a atuação política e díspar dos ministros do STF também se enquadra nesse espectro. Assim sendo, é possível comprovar o agendamento da mídia e a participação do judiciário no campo político quando se observa a reação dos ministros do STF a publicizações de questões políticas na imprensa. Em 2015, com a divulgação de áudios do ex-senador Delcídio do Amaral (PT-MS), revelando que era preciso “centrar fogo” no STF e citando os ministros da Corte Teori Zavascki, Dias Toffoli, Edson Fachin e Gilmar Mendes, o Supremo reagiu determinando a prisão imediata de Delcídio. Ainda sobre o tema, a atual presidente Carmén Lúcia se pronunciou publicamente afirmando que o combate a corrupção seria enfático pela Corte e o ministro Toffoli e Mendes negaram a interferência deles no âmbito político. Em 2016, após o juiz Sérgio Moro liberar escuta em que o ex-presidente Lula chamava o Supremo de “acovardado”, o ministro Celso de Mello foi a público defender o Judiciário e dizer que a fala de Lula era um insulto inaceitável e passível de repulsa, ao mesmo tempo, Ricardo Lewandowski também

---

<sup>47</sup>Entende-se por “propinocracia” um governo regido por propinas, nas palavras dos procuradores. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1813298-corrupcao-garantiu-governabilidade-de-lula-acusa-procuradoria.shtml>. Acesso em 8 de junho de 2018.

<sup>48</sup> Vide as matérias jornalísticas do portal UOL <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/09/14/lava-jato-aponta-lula-como-o-comandante-maximo-do-esquema-de-corrupcao.htm>>, de O GLOBO <<https://oglobo.globo.com/brasil/lula-era-comandante-maximo-do-esquema-de-corrupcao-diz-mpf-20110350>> e do Estado de S. Paulo <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/lula-e-o-comandante-maximo-do-esquema-criminoso-da-lava-jato/>>, que, sem qualquer possibilidade de ouvir o contrário do que afirmava o MPF, cravaram sem críticas a posição dos procuradores para a opinião pública. Acessos em 8 de junho de 2018.

criticou as declarações. Em um episódio semelhante, em maio de 2016, quando houve a divulgação dos áudios dos senadores Romero Jucá (MDB-RR), Renan Calheiros (MDB-AL) e do ex-senador José Sarney (MDB-MA), fazendo menções diretas às interferências do Supremo no processo de impeachment de Dilma Rousseff e no apaziguamento das investigações da Operação Lava Jato, não foi registrado pronunciamentos em plenários ou falas contundentes relativas às acusações. Esses são três episódios semelhantes, sintelizados com maestria pela jornalista Grazielle Albuquerque no jornal *Le Monde Diplomatique Brasil* em março de 2018<sup>49</sup>, onde se pode inferir reações diversas do Judiciário diante de evidências semelhantes.

Por que com uns e não com outros? Por que veloz nesse processo e devagar naquele? Essas são perguntas a serem feitas ao Judiciário brasileiro que embarcou na agenda do Executivo e do Legislativo. Esse comportamento político da Justiça arrisca a noção de universalidade no tratamento a todos a fim de prevenir injustiças e pode retornar ao que Max Weber nominou de “direito material”, isto é, a prevalência na decisão jurídica da vontade do mais forte, do mais rico e do mais poderoso (WEBER, 2000).

---

<sup>49</sup> Ver “A justiça no centro da crise política”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, mar. 2018.

## CAPÍTULO 2: MÍDIA E POLÍTICA

*A liberdade de imprensa é um bem maior que não deve ser limitado. A esse direito geral, o contraponto é sempre a questão da responsabilidade dos meios de comunicação. E, obviamente, esses meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada. E esse papel de oposição, de investigação, sem dúvida nenhuma incomoda sobremaneira o governo.*<sup>50</sup>

Com a afirmação acima, da ex-presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), demonstra-se a tolice do argumento da imparcialidade da mídia no Brasil. Essa é uma noção primária para se inserir no debate apresentado neste capítulo sobre a relação entre a mídia e a política. Pretende-se, portanto, levantar elementos teóricos, históricos e empíricos que possam contribuir para ampliar o conhecimento sobre a produção da informação midiática e a sua respectiva relação com o sistema político, especificamente sob a lógica legislativa da Câmara dos Deputados.

A centralidade da mídia na configuração política das sociedades modernas é uma discussão posta academicamente por vários autores, entre eles Habermas (1984), Castells (1999), Gomes (2004), Miguel e Biroli (2010), Jessé de Souza (2016), Fernando Antônio Azevedo (2017). Esse último sintetiza duas noções teóricas importantes que dão sustentação à interpretação do uso da informação midiática pelos líderes partidários a que este trabalho se propõe, a saber: a) a mídia enquanto participante legítimo da esfera pública que emite opiniões capazes de agendar o debate político; b) os interesses dos atores políticos representam um fator limitante dessa participação.

Nesse capítulo, faz-se necessário a contextualização da mídia no Brasil, isto é, o seu surgimento e atuação na história, bem como sua configuração atual, com relevância para o seu aspecto centralizado e monopolizado por grupos familiares. Em seguida, expor-se-á dois conceitos inseridos nas teorias da comunicação política: *agenda-setting*<sup>51</sup> e *uses and gratifications*<sup>52</sup>. A partir dessas referenciais, interpreta-se os resultados da pesquisa empírica empreendida para este trabalho. Finalmente, descreve-se o caminho da informação produzida pela mídia até os líderes partidários em análise, com inéditas observações sobre a presença do *WhatsApp*, um aplicativo de mensagens instantâneas para celulares, nesse contexto.

---

<sup>50</sup> Afirmação pública de Maria Judith Brito, diretora-superintendente do jornal Folha de S. Paulo e presidente, à época (2010) da Associação Nacional de Jornais (ANJ). Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/entidades-de-imprensa-fecomercio-estudam-ir-ao-stf-contra-plano-de-direitos-humanos-3037045>. Acesso em 20 de maio de 2018.

<sup>51</sup> Agendamento, em português.

<sup>52</sup> Usos e satisfações, em português.

## 2.1. Mídia no Brasil

Antes de evidenciar a forma como os líderes partidários desta investigação recebem a informação midiática, entendida aqui como o conteúdo produzido pelos meios de comunicação de massa, não é descartável registrar evidências empíricas da história da mídia no Brasil, afinal, a partir dessa noção prévia, mesmo que resumida, é possível compreender melhor o porquê da aplicabilidade das hipóteses apresentadas na próxima seção à realidade brasileira e a configuração da relação entre a mídia e a política. Quatro características fundamentais do mercado de mídia brasileiro são exploradas aqui: surgimento tardio, baixa circulação dos jornais, a orientação para as elites e a centralidade da televisão.

O primeiro registro da imprensa no Brasil é datado de 1808, dado que antes era proibida pela metrópole portuguesa por ser considerada subversiva, quando a família real transferiu-se de Lisboa para o Rio de Janeiro. O primeiro jornal a circular no país, o *Correio Braziliense*, era produzido na Inglaterra. Somente com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, dedicada à publicação de decretos da Corte e à cobertura das atividades da família real, um jornal foi efetivamente impresso no Brasil. Os pioneiros a se consolidarem como influência local eram ligados a famílias oligárquicas, sendo o mais significativo deles *A Província de S. Paulo*, que viria a se transformar mais tarde em *O Estado de S. Paulo*.

Enquanto vários países latino-americanos, de matriz espanhola, remontam o surgimento de uma imprensa nacional aos séculos XVI e XVII, no Brasil o mesmo só ocorreu no último século e meio. A modernização industrial e a profissionalização do mercado de mídia vieram ainda mais tarde, nos anos 1950. Foi a partir do empresário Assis Chateaubriand que teve início a imprensa moderna no Brasil, ele fundou a primeira rede de órgãos de comunicação com alcance nacional e, em 1950, a *Rede Tupi de Televisão*. O contato desses veículos com a política não tardou, o projeto de integração nacional pretendido à época foi encarado como viável apenas em decorrência da proeminência dos instrumentos comunicacionais desenvolvidos por Chateaubriand. A importância desse empresário na política brasileira pode ser inferida claramente a partir das seguintes considerações de Miguel (2002):

“[...] Chateaubriand esteve presente nos principais acontecimentos da história política do Brasil. Apoio a Revolução Constitucionalista de 1932 e os golpes de 1945 e 1964, influenciou o resultado de eleições, exerceu poder de veto sobre a composição de ministérios, arrancou reformas na legislação para promover seus interesses privados. Por duas vezes, forçou renúncias de parlamentares para conseguir se eleger senador; mais tarde, impôs a si próprio como embaixador do Brasil em Londres.” (MIGUEL, 2002, pp. 30-31)

Nesse sentido, Azevedo (2017) sinaliza que, com a expansão dos cursos de graduação em comunicação e a regulamentação da profissão de jornalista em 1969, o jornalismo

informativo passou a coexistir com páginas destinadas a artigos de opinião com peso político predominantemente liberal e conservador. Contribuindo para essa baixa diversidade política, dos sete grandes jornais diários que circulavam em 1960, restaram apenas três (AZEVEDO, 2017).

Além do surgimento tardio com baixa pluralidade, os jornais brasileiros apresentam modestos índices de circulação, conforme demonstra Azevedo (2017, p. 66). Mesmo somando-se a circulação impressa e digital, a tiragem média anual de meio milhão de exemplares por veículo não é alcançada. Em mais uma comparação latino-americana, na Argentina, país com número populacional próximo ao estado de São Paulo, o seu jornal de maior circulação, o *Clarín*, supera, em exemplares impressos, os três principais jornais brasileiros de prestígio (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*).

Não é por acaso que ocorre essa baixa circulação de jornais no Brasil. Segundo dados da PNAD do IBGE, a taxa de analfabetismo no país foi de 7,2% em 2016, o que corresponde a uma população aproximada de 12 milhões de pessoas; variando de 14,8% no Nordeste a 3,6% no Sul. Para pessoas pretas ou pardas, essa taxa (9,9%) era mais que duas vezes a das brancas (4,2%); a média de estudos para a população do país era de apenas 8 anos. Por sua vez, de acordo com o censo de 2010, 35 milhões de pessoas (20,3%), não tinham capacidade de leitura e compreensão de texto escrito. Evidentemente, esses números eram maiores no passado. Em 1970 o Brasil registrava taxa analfabetismo, na faixa etária de 15 anos ou mais, de quase 54%.

Esses dados, junto com a variável renda, refletem diretamente no acesso aos hábitos de leitura de jornais, como demonstra a Tabela 1.

**Tabela 1** – Leitura semanal de jornal por escolaridade e renda (%).

Escolaridade	Alguns dias	Todos os dias	Renda familiar	Alguns dias	Todos os dias
4ª Série Fundamental	11	4	1 SM	10	3
8ª Série Fundamental	19	5	1 a 2 SM	17	5
Médio	27	8	2 A 5 SM	25	7
Superior	44	15	+ 5 SM	44	15

Fonte: Adaptado através dos dados da Secretaria de Comunicação Social da Presidência/IBOPE<sup>53</sup>.

Com isso, os consumidores das classes A e B passam a constituir o público prioritário dos jornais diários de qualidade, enquanto os jornais populares com circulação local

<sup>53</sup> Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1360136/Anexo+Adicional+IV+-+Pesquisa+SECOM+m%C3%ADdia.pdf/42cb6d27-b497-4742-882f-2379e444de56>. Acesso em 14/04/2018.

e voltados para o sensacionalismo, entretenimento e serviços se encarregam de atingir as classes inferiores<sup>54</sup>.

No entanto, temos uma realidade praticamente igual em todas as faixas de renda e escolaridade quando se assume a centralidade da televisão no mercado de informação brasileiro (ver Tabela 2), haja visto que, segundo Pesquisa Brasileira de Mídia em 2016<sup>55</sup>, quase 90% dos brasileiros se informam pela televisão sobre o que acontece no país, sendo que 63% têm na TV o principal meio de informação.

**Tabela 2** – Uso semanal da TV por escolaridade e renda (%).

Escolaridade	Alguns dias	Todos os dias	Renda familiar	Alguns dias	Todos os dias
4ª Série Fundamental	95	75	1 SM	94	72
8ª Série Fundamental	96	76	1 a 2 SM	96	76
Médio	95	73	2 A 5 SM	96	73
Superior	93	65	+ 5 SM	94	69

Fonte: Adaptado através dos dados da Secretaria de Comunicação Social da Presidência/IBOPE<sup>56</sup>.

É verdade que, como comprovam as diversas medições de audiência disponíveis no país, a escolha dos canais e programas não é uniforme. Pode-se subtrair que essa seleção seja determinada pela necessidade de satisfação de interesses determinados, da mesma forma que compreende a hipótese de *uses and gratifications*, no entanto, essa explicação não se aplica em todo um espectro social, é mais fácil para as elites escolher o que ler, assistir, consumir, de acordo com seus objetivos, do que para a população de baixa renda e escolaridade, justamente por estar inserida em uma realidade de restritas possibilidades, não só de acesso à informação.

Cabe-se destacar a fraca diversidade do jornalismo brasileiro. Ao proibir a possibilidade de participação estrangeira, ainda que minoritária no capital das empresas jornalísticas nacionais, a Constituição de 1988 despertou um efeito indireto: a formação de monopólios familiares no setor das comunicações de massa (AZEVEDO, 2017). Dessa forma, hoje, basicamente seis famílias controlam os principais veículos e plataformas das mídias, imprensa, eletrônica e digital no Brasil: os Marinho (Grupo Globo), os Mesquita (Grupo OESP), os Frias (Grupo Folha), os Civita (Grupo Abril), os Saad (Grupo Bandeirantes) e os Macedo

<sup>54</sup> Idem, ibidem.

<sup>55</sup> Pesquisa sob responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Disponível em: <http://pesquisademidia.gov.br/>. Acesso em 14 de abril de 2018.

<sup>56</sup> Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1360136/Anexo+Adicional+IV+-+Pesquisa+SECOM+m%C3%ADdia.pdf/42cb6d27-b497-4742-882f-2379e444de56>. Acesso em 14/04/2018.

(Grupo Record). Desse modo, meia dúzia de grupos familiares detém amplo controle sobre a mídia brasileira. É o que se destaca na seção seguinte.

### 2.1.1. Quem controla a mídia no Brasil

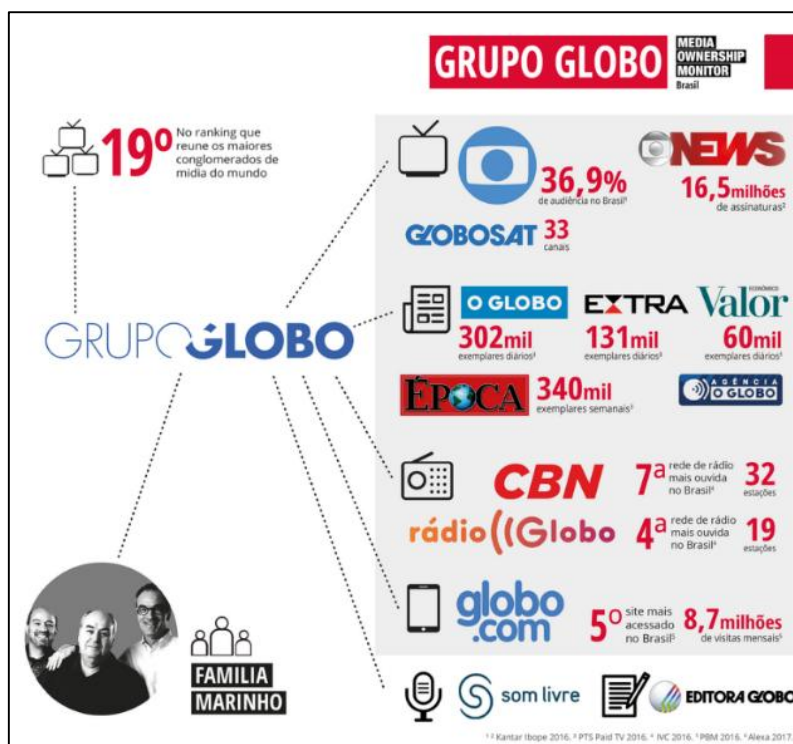
Para além da necessidade de atualizar a conceituação de monopólio da mídia, compreender quem está por trás dos grandes veículos de comunicação do país é indubitavelmente relevante para saber a quem serve a informação produzida e com quais interesses ela é produzida. A relação que começou estreita e vantajosa não se alterou posteriormente. Conforme foi demonstrado até aqui, especialmente no primeiro capítulo, a mídia permanece incorporada aos negócios políticos, econômicos e jurídicos do Brasil. O padrão de propriedade familiar também é algo que não se decompõe, nesta seção analisa-se a hegemonia na mídia brasileira de apenas seis famílias, bem como o ilegal controle de políticos sobre meios de comunicação.

O pluralismo da mídia é uma questão chave em sociedades democráticas, mas não é o que se observa no Brasil. Seis grupos ou seus proprietários individuais concentram mais da metade dos veículos de comunicação de massa no país. O maior deles, sem dúvida, é o Globo. Esse grupo figura no ranking dos principais trinta proprietários de mídia do mundo, o *Zenith Top Thirty Global Media Owners*, publicado desde 2007<sup>57</sup>, e, conforme ilustra a Imagem 4, atua em redes de rádio, televisão, jornais impressos e digitais, além de portais de notícias e entretenimento na internet.

---

<sup>57</sup> Conforme sinaliza o Monitor de propriedade de mídia. Disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/empresas/detail/company/company/show/grupo-globo/>. Acesso em 2 de maio de 2018.

**Imagem 4** – Veículos de comunicação de massa sob controle da família Marinho.



Fonte: Media Ownership Monitor: <https://brazil.mom-rsf.org/br/>.

O Grupo OESP, da família Mesquita, é composto na atualidade pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, pela Agência Estado, pelo portal *Estadao.com.br* e pela emissora de rádio *Território Eldorado 107,3 FM*, entre outras empresas de mídia como a divisão de telelistas *OESP Mídia* e a plataforma digital *Media Lab Estadão* (ver Imagem 5).

**Imagem 5** – Veículos de comunicação de massa sob controle da família Mesquita.



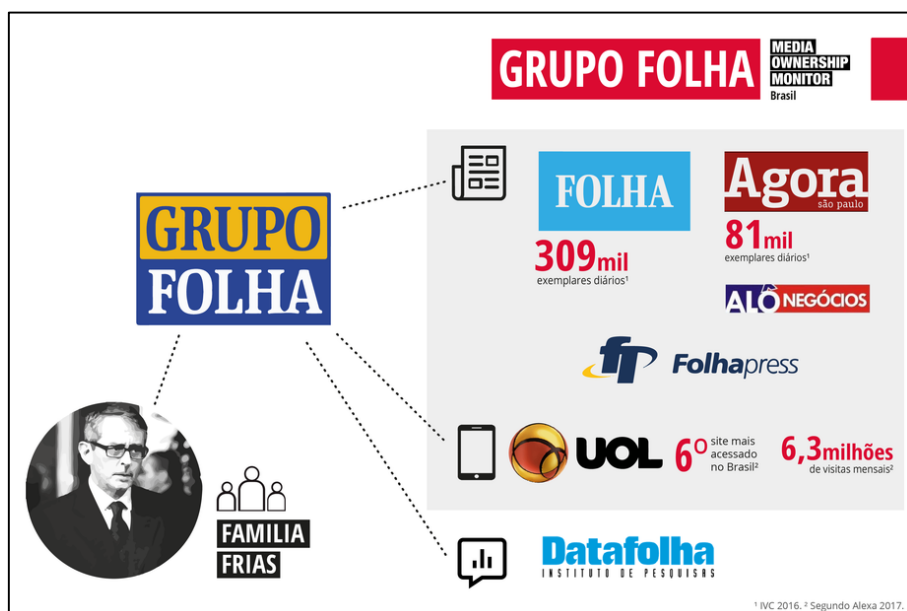
Fonte: Media Ownership Monitor: <https://brazil.mom-rsf.org/br/>.



A família Frias só assumiu o controle sobre a Folha da Manhã S.A., empresa que controla o jornal *Folha de S. Paulo*, em agosto de 1962. Os empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, sócios no negócio, modernizaram e ampliaram a circulação e receitas publicitárias para disputar liderança no segmento com *O Estado de S. Paulo*. Uma das estratégias usadas foi a aquisição de frota própria para a distribuição do jornal, o que permitiu que a publicação chegasse antes dos concorrentes nas regiões de interior.

Sob comando dos Frias, o jornal *Folha de S. Paulo* foi de dura oposição à esquerda, de 1960 a 1970, com apoio ao golpe de 1964 e defesa firme do regime autoritário<sup>58</sup>, para a valorização do debate de ideias e posições políticas, aderindo a um pluralismo editorial, a partir 1976 com o impulso à redemocratização no país.

**Imagem 6** - Veículos de comunicação de massa sob controle da família Frias.



Fonte: Media Ownership Monitor: <https://brazil.mom-rsf.org/br/>.

O poder do grupo Abril, da família Civitas pode ser comprovado pelo fato de que a revista semanal de atualidades com a maior tiragem do Brasil, a revista *Veja*<sup>59</sup>, com média de 1.111.968 exemplares no ano de 2016, é de sua propriedade. A tiragem da *Veja* é muito maior do que a da segunda colocada, a revista *Época* do Grupo Globo, com tiragem média de

<sup>58</sup> No editorial de 2 de abril de 1964, o jornal indagava: “Por que haveriam os comunistas de dominar o Brasil e dar o tom da política nacional?”. *Folha de S. Paulo*, 2 abr. 1964, p. 2.

<sup>59</sup> A revista *Veja*, durante a campanha presidencial de 2014, motivou comunicado oficial da ex-presidente da República Dilma Rousseff em razão de ter, dias antes da votação em segundo turno, antecipado “sua edição semanal e circulou com uma capa na qual os rostos de Lula e Dilma apareciam lado a lado, cortados verticalmente pela manchete que afirmava: “Eles sabiam de tudo”. “Tudo” era o esquema de corrupção na Petrobras, investigado pela Lava Jato. A afirmação, acolhida sem ressalvas pela revista, decorria de suposto depoimento do doleiro Alberto Yousseff, que estava preso e fechara acordo de delação premiada” (MORETZSOHN, 2017, p. 65).

340.195 exemplares no mesmo período. Na lista das 10 revistas de maior tiragem no Brasil, seis delas pertencem ao grupo<sup>60</sup>.

**Imagem 7** - Veículos de comunicação de massa sob controle da família Civitas.



Fonte: Media Ownership Monitor: <https://brazil.mom-rsf.org/br/>.

A família Saad, como ilustra a imagem abaixo, é proprietária de emissoras de TV (a TV aberta Band e a TV por assinatura BandNews, entre outras), redes e emissoras de rádio (Band FM, BandNews FM, Bandeirantes AM, Nativa FM, entre outras), novas mídias e de jornais impressos, sendo o mais importante deles o Metro, jornal de distribuição gratuita que tem edições em São Paulo, Campinas, ABC, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Espírito Santo, Porto Alegre, Curitiba, Brasília e Maringá.

<sup>60</sup> Disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/empresas/detail/company/company/show/grupo-abril/>. Acesso em 2 de maio de 2018.

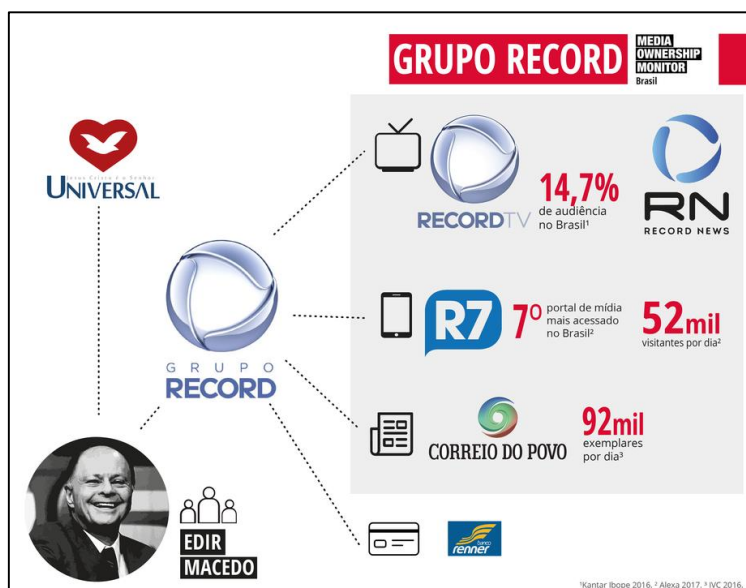
**Imagem 8** - Veículos de comunicação de massa sob controle da família Saad.



Fonte: Media Ownership Monitor: <https://brazil.mom-rsf.org/br/>.

Em 1989, Edir Macedo, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) comprou as emissoras de TV e de rádio que pertenciam ao Grupo Record e o transformou em um dos maiores grupos de mídia do Brasil. Apesar de ter mantido o perfil comercial dos produtos, incluindo a exibição de programas que contrariam a moral religiosa do grupo, os programas de evangelismo da IURD também estão na grade da RecordTV. Macedo também estruturou outros veículos de comunicação diretamente ligados à IURD, além de continuar alugando horários em outras emissoras para evangelização.

**Imagem 9** - Veículos de comunicação de massa sob controle da família Macedo.



Fonte: Media Ownership Monitor: <https://brazil.mom-rsf.org/br/>.

Os interesses políticos são muitas vezes mascarados. Grande parte dos proprietários têm relações próximas (parentesco, compadrio, troca de favores, entre outras) com políticos e com partidos. Ainda com isso, existe muitos políticos e familiares donos de mídia principalmente entre as emissoras afiliadas às grandes redes nacionais de rádio e TV. O Grupo Record, por exemplo, controla a IURD, que por sua vez, controla o Partido Republicano Brasileiro (PRB)<sup>61</sup>, uma legenda com 24 deputados federais atualmente.

## 2.2. A construção da comunicação

É possível encontrar estudos sobre a noção de comunicação em diversas disciplinas e ciências. O interesse suscitado por esse tema transborda as ciências sociais e vai da história, passando pela geografia, psicologia, biologia, etnologia, economia, e alcança a cibernética e ciências cognitivas. A proliferação de novas tecnologias comunicativas e profissionalização de práticas inexistentes a poucos anos atrás faz da comunicação uma área cada vez mais emblemática para entender a sociedade contemporânea.

Esse campo de observação científica, conforme definem Armand e Michèle Mattelart (2011), historicamente esteve inserido em tensões:

“[...] entre as redes físicas e imateriais, entre o biológico e o social, a natureza e a cultura, os dispositivos técnicos e o discurso, a economia e a cultura, as perspectivas micro e macro, o local e o global, o ator e o sistema, o indivíduo e a sociedade, o livre-arbítrio e os determinismos sociais.” (MATTELART; MATTELART, 2011, p.10)

Essas diádes dividiram escolas, correntes e tendências do pensamento sobre a comunicação, no entanto, os seus respectivos conhecimentos persistiram e devem ser analisados para além do seu enquadramento e fora de uma abordagem excessivamente cronológica, de forma a permitir o diálogo entre ideias que empiricamente convergem na interpretação da realidade. É o caso que se apresenta aqui, a hipótese de *agenda-setting* em nada impede sua coexistência com a noção de *uses and gratifications*. Enquanto a primeira entende que a mídia agenda as discussões da esfera pública de acordo com os seus interesses, a segundo se volta para entender o que é feito pelos indivíduos com a informação que é fruto desse agendamento.

O conceito de comunicação que interessa aqui é o que contemporaneamente se convencionou chamar de “comunicação de massa” ou “mídia”, em vista disso, abdica-se do entendimento da comunicação enquanto processo social básico e elemento inerente à natureza humana dado pela simbolização, isto é, a linguagem. Ao longo do tempo o significado de

---

<sup>61</sup> Em texto de comemoração aos 12 anos do PRB, a presidente da legenda na Bahia, deputada federal Tia Eron, afirma: “O PRB teve sua gênese na IURD e este é um fator indiscutível”. Disponível em: <https://www.prb10.org.br/noticias/opiniao/prb-12-anos-e-hora-de-comemorar-mas-tambem-de-esclarecer/>. Acesso em 2 de maio de 2018.

comunicação de massa sofreu grandes interferências e alterações, no entanto, atente-se para a definição de Wolf onde os meios de comunicação de massa:

[...] constituem simultaneamente um importantíssimo setor industrial, um universo simbólico objeto de consumo de massa, um investimento tecnológico em contínua expansão, uma experiência individual cotidiana, um terreno de confronto político, um sistema de intervenção cultural e de agregação social, uma maneira de passar o tempo (um entretenimento) etc. (WOLF, 1987, p. 9)

Ademais, reconhece-se o papel formador da mídia na cultura política<sup>62</sup>, para além dos reducionismos clássicos que a equacionam apenas como “informação” ou a alocam nos estudos de linguística (ALMOND; VERBA, 1989).

### 2.2.1. Hipótese de agendamento

O que viria a ser conhecido como hipótese de *agenda-setting*, através da conceituação de McCombs e Shaw em 1972, já havia sido apontado pelo estudo da ideia central de agendamento por diversos de autores anos antes, como Lippman (1922), Lazarsfeld (1944), Cohen (1963) e Lang & Lang (1966). O protagonismo da imprensa no ajuste do interesse de leitores em temas considerados relevantes por ela foi anunciado por Walter Lippman em seu livro *Public Opinion* – ‘Opinião Pública’ em português – descortinando pela primeira vez a função de agendamento da mídia.

McCombs e Shaw investiram em um levantamento empírico durante a campanha presidencial norte-americana em que concorria o ex-presidente dos Estados Unidos Richard Nixon. Esses autores objetivavam constatar como a comunicação de massa influenciava a percepção dos eleitores sobre os assuntos mais importantes para o país por meio da comparação entre a descrição de temas nos veículos de notícias e a definição da agenda pública. O resultado encontrado demonstrou que os assuntos predominantes na cobertura midiática assumiam correspondência com os da agenda pública, isto é, os temas elencados pela sociedade como mais relevantes à época.

Discursos proferidos pelos líderes partidários em análise neste trabalho são importantes elementos demonstrativos do papel de agendamento da mídia dentro do parlamento, a proeminência de notícias nos veículos de comunicação conduz, e muitas vezes inicia, os debates. Porém, e como é melhor explicado adiante, isso não quer dizer que o parlamentar seja um ser autômato à espera da informação midiática para ressaltar determinadas temáticas em seu discurso.

---

<sup>62</sup> Entende-se por “cultura política” aqui atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública (ALMOND e VERBA, 1989, p. 12).

*“[...] Hoje, o jornal O Estado de S. Paulo traz, em manchete de capa, notícia sobre mais um escândalo: o rombo no POSTALIS, que é o fundo de pensão dos Correios. Para cobrir um déficit de 5,6 bilhões de reais no POSTALIS, salários terão redução de 26% por 15 anos. Isso vai abranger mais de 75% dos 120 mil servidores dos Correios. Isso é um absurdo, já que muitos deles já estão sofrendo desconto de 4% de seus salários para cobrir um rombo de 1,1 bilhão de reais. Isso tem que ser investigado. Isso não pode ficar como está. Essa administração temerária de gestores ligados a partidos políticos, como PT e PMDB, como é o caso do POSTALIS, da PETROS, da FUNCEF, não pode ficar sem uma investigação.”* (Deputado Pauderney Avelino, líder do DEM, em 23 de março de 2015)

*“Nesse final de semana, a grande mídia deu grande repercussão - e ainda o está fazendo - ao episódio que aconteceu na cidade de Viana, no nosso Estado, o Maranhão: o conflito dos indígenas com os não indígenas, ou os pequenos produtores daquela região. Eu vi também na imprensa, Sr. Presidente, que um dos Deputados da bancada do Maranhão - ele deve estar aqui -, o Deputado Aluisio Mendes, foi citado como um dos que estavam incitando o movimento lá.”* (Deputado Weverton Rocha, líder do PDT, em 2 de maio de 2017)

Em alguns casos, a informação midiática é de grande relevância para o discurso propiciando a leitura de trechos e exibição do material impresso *in loco*.

*“[...] Sr. Presidente, eu vou ler uma manchete de jornal: Alagamento fecha pista da BR-101 no Município de Serra. (Exibe jornal.)”*<sup>63</sup> (Deputado Paulo Foletto, líder do PSB, em 5 de novembro de 2015)

*“[...] Separei aqui alguns trechos, que eu gostaria de ler, do editorial do jornal O Estadão de hoje. Trata-se de um importante registro histórico, no momento alarmante em que estamos vivendo, sobre o qual temos que jogar luz, sempre tendo como guia a Constituição Federal e a defesa do Estado Democrático de Direito.”* (Deputado Baleia Rossi, líder do MDB, em 28 de junho de 2017)

A ideia de persuasão, ou como a comunicação de massa convence o receptor da centralidade de matérias sobre a realidade, é a orientação geral dessa hipótese de agendamento. Todavia, há de se destacar um outro elemento inserido nessa conceituação, o qual funciona como uma espécie de “prova real”, por parte da mídia, de que temas considerados importantes por ela serão inseridos no debate público. A saber, quando há incerteza nos veículos de comunicação sobre a priorização de um assunto no enquadramento dos indivíduos, e existe uma necessidade alta de orientação<sup>64</sup>, acontece uma massiva propagação de informações midiáticas sobre o tema. É o que pode ser observado no discurso, transcrito abaixo, do líder do PSB, deputado Paulo Foletto, sobre a “reforma política”. A orientação da imprensa foi massiva a tal ponto que o parlamentar conclama seus pares a votar a matéria por essa razão.

*“[...] Há 2 meses que a imprensa só fala na reforma política. Há 2 meses que a televisão só fala na reforma política. Vamos votar! Vamos colocar na mesa e votar.”*

<sup>63</sup> A observação de que o parlamentar exibiu o jornal em plenário é de autoria da taquigrafia da Câmara dos Deputados.

<sup>64</sup> De acordo com Bourdieu (1997), a necessidade de orientação da comunicação de massa, especificamente da televisão está “sujeito à dominação direta ou indireta da lógica comercial”, “a qual tende a ameaçar a autonomia dos diferentes campos de produção cultural” (BOURDIEU, 1997, p. 110).

*Já foi votado agora na Comissão o texto que veio do Senado, que é o fim das coligações e de novo a cláusula de desempenho ou cláusula de barreira. Nós temos que votar. Nós temos que dar uma satisfação à população brasileira.”* (Deputado Paulo Foletto, líder do PSB, em 5 de março de 2015)

Sobre essa mesma perspectiva, o líder do PT, deputado Carlos Zarattini, reconhece que a regulamentação do *lobby* não tem tramitado com celeridade na CD em decorrência da falta de apoio da mídia.

*“[...] A regulamentação do lobby contribuirá para um maior controle da própria sociedade sobre a atividade, vai limitar a conduta dos lobistas e dos próprios servidores públicos, para que não haja abusos nem tampouco conflitos de interesse. Além disso, vai garantir transparência e idoneidade do processo e igualmente a responsabilização de possíveis atos irregulares. Entretanto, **sem o apelo social e da mídia, infelizmente, a proposta não avança na Câmara.**”* (Deputado Carlos Zarattini, líder do PT, em 13 de maio de 2015)

Como se vê, a hipótese de agendamento não está inserida somente na ótica de direcionar a atenção do público para um assunto, mas também passa por uma formulação adicional que permite aos veículos de comunicação definir as valorações dos indivíduos sobre os temas. Por exemplo, além de inserir o processo de impeachment nos noticiários, a mídia consegue difundir a orientação de que se trata de um procedimento estritamente legal e regimental, isto é, diz sobre o que pensar e como pensar, mas “não são ditadores todo poderosos da opinião” (MCCOMBS, 2004, p. 35).

*“[...] Quem saiu para a rua para dizer “Fora, Presidente Dilma” não vai para a rua defender o Temer. Essa é a grande farsa que está sendo montada pela grande mídia, que está sendo montada pelo PIB brasileiro e pelos partidos de oposição, que já estão distribuindo os Ministérios. [...]”* (Deputado Ivan Valente (PSOL-SP), em 15 de abril de 2016, contra o impeachment)

*“[...] As eleições presidenciais de 2014 foram acirradas, com a **influência de uma mídia acentuadamente oposicionista**. Felizmente, com a formação de uma ampla frente de forças econômicas, sociais e políticas, com os êxitos obtidos nos 8 anos de mandato do Presidente Lula e no primeiro mandato da companheira Dilma, conseguimos a vitória eleitoral por uma margem estreita de votos. A Oposição, inconformada com o resultado eleitoral, alegando fraude na contagem dos votos e **apoiada por setores da mídia**, desencadeou uma crise política vocalizada no Fora, Dilma.”* (Deputado Carlos Zarattini, líder do PT, em 21 de maio de 2015)

A capacidade de agenda pode ser estendida de tal forma que a mídia também é identificada como um agente preponderante para as decisões do partido em sobreposição ao acordo no Colégio de Líderes. A visibilidade pública da decisão política é essencial em uma sociedade midiaticizada (GOMES, 2004), o líder partidário, ao reconhecer a atuação de agentes da imprensa em um sentido contrário a decisão previamente acertada, comprova o poder da mídia atrapalhar ou inviabilizar ações futuras de seu partido como retaliação. É justamente por essa característica que Cook (2005) não assinala a mídia como um “quarto poder”, mas sim a

aloca como uma instituição intermediária entre os poderes, sendo assimilada mais quanto um partido político ou grupo de interesse junto ao Legislativo e Executivo.

*“Sr. Presidente, é fato que, durante a reunião do Colégio de Líderes, ficou acertada a votação desta matéria, mas é fato também que nós estamos discutindo e debatendo esta questão com mais profundidade aqui no plenário e existem posições distintas dentro da minha bancada e das bancadas de outros partidos. Há dúvidas, há incertezas que levam o nosso partido a uma reflexão, especialmente neste momento em que **a imprensa brasileira presta à sociedade um inestimável serviço de investigação de equívocos que estão ocorrendo no País.**”* (Deputado Antonio Imbassahy, líder do PSDB, em 6 de maio de 2015)

*“[...] Fizemos 11 reuniões, com mais de 50 horas de debates, e **o povo brasileiro, através da imprensa, pôde acompanhar** audiências públicas para o esclarecimento da denúncia. [...]”* (Deputado Rogério Rosso, líder do PSD, em 17 de abril de 2016)

*“[...] Hoje, ao ler os noticiários da imprensa - **a nossa gloriosa imprensa! competente imprensa!** -, fiz uma reflexão de quem ganha ou de quem perde, ou de quem foi derrotado, ou de quem foi vencedor até agora. [...]”* (Deputado Rogério Rosso, líder do PSD, em 25 de maio de 2015)

A *agenda-setting* chama a atenção para a interveniência de outros fatores, além da influência midiática, na percepção das pessoas sobre a realidade. Ao contrário das teorias que atribuem superpoderes à mídia, como é o caso da “Teoria Hipodérmica”<sup>65</sup>. As investigações sobre agendamento, mesmo com seus limites metodológicos, conseguem apreender que existe uma série de fatores sociológicos e psicológicos capazes de interferir no relacionamento do público com os meios de comunicação de massa. Com os líderes partidários não é diferente. Sob a égide da hipótese de usos e satisfações, poder-se-á verificar que o uso da informação midiática por esses atores políticos não é desinteressado.

### 2.2.2. Hipótese de usos e satisfações

As interações dos receptores da comunicação de massa esta subordinada aos contextos da eficácia de determinada informação como resultado de múltiplos fatores, essa é a ideia central que precedeu a origem da hipótese de *uses and gratifications*. “Normalmente, mesmo a mensagem do mais potente *mass media*<sup>66</sup> não pode influenciar o indivíduo que não faça uso dela no contexto sociopsicológico em que vive (KATZ, 1990, p. 2).

Ao analisar os efeitos de um programa de comédia norte-americano na audiência, Wright (1968) evidencia que, mesmo havendo uma orientação temática posta no sentido de construir uma crítica social no espectador, em termos funcionais o indivíduo acaba utilizando a informação midiática para satisfazer suas próprias necessidades, especificamente

---

<sup>65</sup> A teoria hipodérmica assume a ação comunicativa como uma simples relação automática de estímulo e resposta, desconsiderando a dimensão subjetiva da escolha do indivíduo.

<sup>66</sup> Em tradução para português, entende-se como “comunicação de massa”.



neste caso as relacionadas a evasão de ansiedades e problemas sociais. Para mais, os precedentes teóricos que antecipam a elaboração da hipótese de usos e satisfações são datados de 1940 e se concentram em construir as funções desempenhadas pela comunicação de massa no receptor (WOLF, 1987).

O ordenamento geral dos estudos sobre *uses and gratifications* realçam e expressam o elemento fundamental dessa hipótese, associar o consumo da informação do *mass media* ao arcabouço de necessidades do destinatário. A literatura registra cinco classes de necessidades que a informação midiática satisfaz na opinião pública: 1. aquisição de conhecimento e avigoro à compreensão temática; 2. reforço de experiências estéticas e afetivas; 3. reconhecimento e afirmação da posição social; 4. apoio no contato interpessoal, com a família, amigos, etc.; e 5. abrandamento de tensões e conflitos (WOLF, 1987).

Quando se analisa a elite parlamentar, como é o caso neste trabalho, os pontos fundamentais da hipótese de usos e satisfações se articulam com grande efeito. A audiência, para essa hipótese, é concebida como ativa pressupondo que a utilização da informação midiática tem um objetivo definido, além disso, a satisfação das necessidades através da mídia depende do destinatário, haja visto que os *mass media* competem com outras formas de satisfação intrínsecas ao amplo espectro das alternativas funcionais das relações humanas. Por último, os receptores sabem o suficiente para expor os seus próprios interesses, isto é, reconhecer se a informação lhe atende. Sob esse derradeiro aspecto, a ilustração, reportada abaixo, pelo discurso do líder do PSB, deputado Paulo Foletto, é altamente relevante. O parlamentar compreende que a produção midiática não pode orientar as deliberações legislativas e executivas, mesmo assim apresenta o artigo de um jornal para potencializar a satisfação de seu objetivo.

*“[...] Assim como nós não podemos gerenciar nossas ações legislativas orientados pela imprensa, o Governo muito menos. Mas eu queria fazer destaque a artigo de uma jornalista, publicado em sua coluna, a que tenho até algumas restrições, mas que ontem me chamou a atenção: a jornalista Miriam Leitão. [...]”* (Deputado Paulo Foletto, líder do PSB, em 5 de agosto de 2015)

Os juízos de valor priorizados pelo *mass media*, como se viu na seção anterior, não são desconsiderados pela audiência, ao contrário, como faz o líder do PDT, deputado Weverton Rocha, eles são analisados a partir de seus próprios termos.

*“É uma luta árdua, porque não é fácil abrir um jornal e ver, por exemplo, a manifestação de instituições que representam o empresariado, que simplesmente representam os segmentos, e que foram, ao longo desses anos, as mais beneficiadas por este País. Quando nós ouvimos o grande empresário, quando nós ouvimos a grande mídia dizer que o caminho é por lá, é neste momento que nós temos que lembrar que o nosso caminho, com certeza, é do outro lado, porque eu não acredito que esses grandes bancos, que ganham milhões e milhões do povo brasileiro, vão*

*dizer qual é o melhor caminho para o País. Claro que não!”* (Deputado Weverton Rocha (PDT-MA), em 15 de abril de 2016, contra o impeachment)

Em síntese, a hipótese de usos e satisfações implica em um deslocamento do efeito do conteúdo da informação, produzida pelos veículos de comunicação de massa, para o amplo contexto comunicativo. A satisfação do objetivo pelo receptor da mensagem pode se dar pela expressa substância da notícia, mediante eventual exposição ao meio de comunicação ou por toda a situação particular ligada a um determinado *mass media*. Por exemplo, no intuito de defender o presidente Michel Temer de acusações criminais, o líder do MDB, deputado Baleia Rossi, utiliza uma comunicação da mídia sem qualquer inclinação para a fonte representada, focando apenas na melhor forma de satisfazer o seu objetivo, isto é, a relevância de uma matéria publicada em jornal como fonte comprobatória da idoneidade do Executivo. No discurso, exibido abaixo, Baleia menciona que o jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma matéria corrigindo o erro de uma outra reportagem na qual apresentava elementos negativos para a imagem de Michel Temer, contudo, não há registro do parlamentar destacando a notícia acusatória, apenas utiliza o veículo em questão quando este atende os seus desígnios.

*“[...] quero chamar a atenção dos Deputados e das Deputadas para uma matéria publicada no site da Folha de S.Paulo, agora, às 20 horas e 32 minutos desta noite. O título da matéria diz o seguinte: **Folha errou em reportagem sobre áudio de Temer**. Assim está redigida essa matéria no site do jornal Folha de S.Paulo: [...]E faço este registro porque vivemos um momento muito importante do nosso País, em que todos nós desejamos que o Poder Judiciário possa trabalhar em paz, que esta Câmara dos Deputados e o Senado possam continuar trabalhando, assim como o Poder Executivo. O Presidente Michel Temer completou 1 ano à frente da nossa Nação. Ele pegou um país com uma economia sem credibilidade nenhuma, pegou um país com 12, 13 milhões de desempregados, um país em que ninguém mais acreditava. E, com medidas sérias, saneadoras, o Presidente Michel Temer recolocou o nosso País nos trilhos.”* (Deputado Baleia Rossi, líder do MDB, em 31 de maio de 2017)

Sobre esse mesmo aspecto, ainda é possível identificar a atribuição de prestígio social aos grupos de comunicação de massa no intento de inserir maior legitimidade no discurso e, por conseguinte, na satisfação das necessidades. É o que se repete com o líder do MDB, no discurso reportado abaixo, antes de sair na defesa do governo, o deputado faz uma longa e exacerbada valorização do jornal *O Estado de S. Paulo*, inclusive atribuindo a essa mídia imparcialidade no julgamento dos acontecimentos nacionais.

*“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria fazer um registro nesta tribuna, nesta tarde. Acho que é extremamente importante para o nosso País, para a nossa Câmara dos Deputados e para nossa democracia. **O jornal O Estado de S.Paulo publica hoje um editorial** sobre a denúncia do nosso Presidente Michel Temer. Não se trata de um registro qualquer. Fundado em 1875, **O Estadão é o jornal de maior longevidade na imprensa brasileira**. Apoiou o movimento republicano, defendeu a abolição da escravidão. Durante a ditadura militar, marcou história ao denunciar a censura de forma inteligente. Quando tinha os seus textos vetados, publicava no lugar poemas de Luís de Camões. **O Estadão apoiou a redemocratização e a Nova***

*República. Apoiou também o impeachment de Collor e o impeachment da Presidente Dilma. E sempre o fez na seção de editoriais, portanto, sempre separando o que é notícia do que é opinião. E hoje, mais uma vez, o jornal O Estadão expôs a sua opinião sobre um assunto de enorme gravidade para o País: a denúncia do Procurador-Geral da República contra o Presidente da República. Separei aqui alguns trechos, que eu gostaria de ler, do editorial do jornal O Estadão de hoje. Trata-se de um importante registro histórico, no momento alarmante em que estamos vivendo, sobre o qual temos que jogar luz, sempre tendo como guia a Constituição Federal e a defesa do Estado Democrático de Direito. [...]” (Deputado Baleia Rossi, líder do MDB, em 28 de junho de 2017)*

Mais adiante abordar-se-á a preferência dos deputados federais em geral por veículos de comunicação de massa tradicionais, como é o caso dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, cabe neste momento sinalizar que a hipótese de *uses and gratifications* reconhece que a escolha dentro da área dos produtos comunicativos disponíveis é limitada em razão da funcionalidade de cada um deles e do contexto social em que os debates públicos estão inseridos. Conforme expressa McQuail (1979, p. 292), “no conjunto da audiência, há grupos específicos que podem ter poucas fontes alternativas ao *mass media* e que podem ser encorajados pelo seu ambiente sociocultural a fazer um certo tipo de escolha”. É o que se denota a partir da análise do uso de informações midiáticas e preferências de fontes jornalísticas pelos líderes partidários em análise. Inseridos em um ambiente elitista como o Congresso Nacional (MESSENBURG, 2002) os parlamentares sempre optam por fazer uso público dos jornais, meios de comunicação esses, no Brasil, orientados para a elite, com circulação dirigida para os formadores de opinião, “linguagem sóbria e culta”, além de priorizarem pautas políticas e econômicas (AZEVEDO, 2017, p. 68).

### 2.3. Como os líderes partidários recebem a informação midiática

Finalmente, exprime-se com maior clareza os esforços empíricos empreendidos na pesquisa que subsidia este trabalho para compreender o caminho que a informação midiática percorre até o parlamentar, isto é, buscou-se depreender de que forma a notícia, após a sua redação pelos veículos de comunicação de massa, chega ao conhecimento dos líderes partidários em análise. Esse levantamento foi fomentado a partir de questões primárias e mais elaboradas para entender a relação entre a mídia e a política. Como o líder partidário se informa? Qual o papel das assessorias parlamentares para a difusão de informações midiáticas com seu respectivo líder? Se há uma seleção prévia de notícias, sob quais parâmetros ela acontece e quem a faz?

O levantamento mais recente sobre os hábitos de informação dos deputados federais brasileiros, o Mídia e Política (2016) do Instituto FSB Pesquisa<sup>67</sup>, aponta alguns padrões sobre como se informam os tomadores de decisão no legislativo nacional. Por exemplo, ao questionar esses parlamentares sobre sua principal fonte de informação, o Instituto depreende a centralidade dos jornais, sendo preteridos por 43% da amostra. Essa realidade engloba os líderes partidários do recorte deste trabalho, 100% afirma ter os jornais impressos<sup>68</sup> como principal fonte de informação, mesmo que os leia de modo digital. No entanto, saber que os líderes partidários preferem se informar por jornais não é suficiente para compreender o caminho da informação midiática até eles, afinal, a dúvida sobre quais informações alcançam o parlamentar permanece.

Desse modo, partiu-se para uma investigação, em nível institucional, da importância desses jornais. Isto é, com base nas entrevistas realizadas com os líderes, obteve-se que as assessorias parlamentares, seja da liderança do partido ou do próprio parlamentar, desempenham um papel central na difusão de informações. Além disso, pode-se verificar que o celular é a ferramenta pela qual acontece a transmissão e compartilhamento dessas notícias produzidas pela mídia tradicional e impressa.

*“É raro que eu consiga pegar um jornal para ler, eventualmente isso acontece, mas sempre tenho acesso ao que está na mídia e é de meu interesse **pela minha assessora**.”* (Deputado Pauderney Avelino, líder do DEM)

*“Hoje está tudo no celular. **Minha assessoria manda**, o gabinete manda, a liderança também. As vezes recebo tanta notícia que tenho que desligar.”* (Deputado Paulo Foleto, líder do PSB)

*“Antes a Câmara mantinha uma assinatura impressa da Folha, do Estadão e do Globo pra todos os deputados, com o corte de gasto isso foi proibido. Agora recebo as notícias pelo celular através do clipping da liderança e do meu gabinete.”* (Deputado Baleia Rossi, líder do MDB)

*“Vivemos na era 4G, na era da modernidade, do WhatsApp. O que eu recebo de informação da mídia vem por lá. [...] Mantenho o mínimo possível de **assessores**, mas suficientes para me manter atualizado pelo celular o tempo todo.”* (Deputado Rogério Rosso, líder do PSD)

*“Eu vejo que o clipping está ficando como um produto do passado. Houve uma época em que eu chegava no meu gabinete e tinha um clipping dos jornais. Hoje você tem no Whatsapp, **no grupo com os meus assessores**, com a bancada, a postagem em tempo real daquilo que vai ser identificado como do meu interesse.”* (Deputado Antonio Imbassahy, líder do PSDB)

---

<sup>67</sup> “O Mídia e Política é hoje o maior e mais completo banco de dados desse gênero no país, tendo como foco central avaliar como se informam os tomadores de decisão no legislativo nacional.” Disponível em: <http://www.institutofsbpesquisa.com.br/pdf/midia-e-politica-2016.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2018.

<sup>68</sup> Esse dado foi inferido a partir das entrevistas com os 11 líderes em estudo neste trabalho. Todos, ao responderem sobre sua principal fonte de informação, mencionaram grandes jornais impressos nacionais.

*“Nem tudo que está na mídia hoje me interessa, então ler um jornal na íntegra é uma coisa cada vez mais inviável. Principalmente com a velocidade da informação. Se eu não **conto com meus assessores** para me enviar em tempo real as notícias, fico pra trás.”* (Deputado Carlos Zarattini, líder do PT)

*“Infelizmente a informação que é central, que toma o debate da população, está nesses grandes jornais. [...] É **minha assessoria** que acaba me mandando as notícias, de outros jornais, de blogs e mídias mais livres.”* (Deputado Ivan Valente, líder do PSOL)

Nos líderes partidários, o uso das tecnologias da informação é presente e decisivo no acesso ao conteúdo produzido pela mídia. Castells (1999) já assumia que a penetração dessas tecnologias na sociedade viria influenciar a formação de novas economias e culturas, e com esses parlamentares nota-se algo semelhante. O acesso cada vez menor a uma amplitude de informações temáticas, decorrente da leitura integral de jornais, conduz os líderes partidários a estarem inseridos em pequenos mundos informacionais direcionados pelos seus assessores, isto é, apenas se tem conhecimento daquilo que é julgado de interesse por funcionários inseridos na lógica da opinião pública.

Ao mesmo tempo em que é possível o líder partidário, através do celular, receber uma diversidade institucional e cultural de informações, esse parlamentar se abre ao risco de receber, divulgar, dar credibilidade e pautar suas ações na CD, por meio de notícias falsas, enviesadas e sem qualquer elaboração<sup>69</sup>. Como inferiu-se pelas entrevistas com as assessorias, qualquer informação midiática pode chegar ao parlamentar pelo celular, não só as preteridas de jornais com credibilidade, através do *WhatsApp*.

*“O WhatsApp hoje é o que alimenta diariamente o deputado com notícias. A liderança faz o clipping e envia por WhatsApp para todos os deputados do partido, mas no decorrer do dia, se eu vou vendo uma notícia que é de interesse dele, já mando também. E aí ele tem os grupos de prefeitos do estado, de amigos da cidade, com os jornalistas aqui da Câmara. Tudo isso abastece ele, acaba que não tem como dizer que a informação vem de um lugar só.”* (Assessor parlamentar do MDB)

*“A gente aqui dá preferência aos grandes jornais, tanto o deputado prefere como os outros da bancada. [...] Mas eles tem os seus círculos de informações próprias, o que a gente produz como clipping é mais pra ter uma noção geral mesmo. Pelo WhatsApp mesmo ele manda pra gente algo que não pegamos e diz pra despachar [...]”* (Assessor parlamentar do PT)

*“Cada deputado tem sua preferência de como quer receber a notícia, o meu não lê mais nada impresso. Eu, inclusive, despacho por WhatsApp. Naturalmente a gente olha a Folha de S. Paulo, O Globo, o Estadão, mas o deputado é muito bem articulado e fala direto com os jornalistas muitas vezes.”* (Assessora parlamentar do PSB)

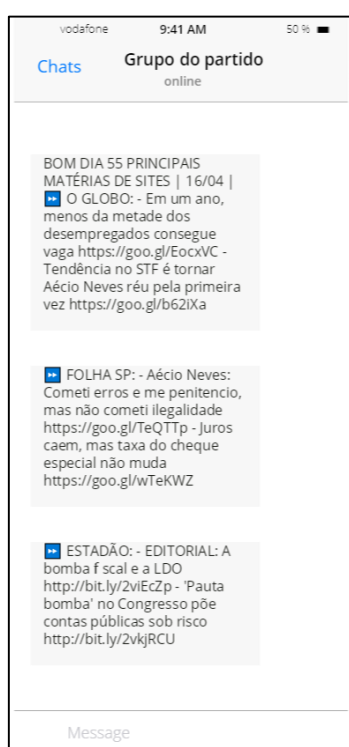
---

<sup>69</sup> Em março de 2018, o deputado federal Alberto Fraga (DEM-DF) compartilhou notícias falsas em suas redes sociais sobre a morte da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco (PSOL). "Eu não chequei as fontes. Isso, eu posso dizer que foi verdade.", disse o deputado. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/apos-divulgar-fake-news-sobre-marielle-deputado-alberto-fraga-suspende-redes-sociais.ghtml>. Acesso em 20 de maio de 2018.

*“Hoje nós não mandamos mais cartas, mandamos e-mails ou informações pelo WhatsApp.”* (Assessor parlamentar do PDT)

O *clipping*<sup>70</sup>, em sua forma tradicional, isto é, em papel físico sob a mesa do deputado, deixou de existir. É raro encontrar um parlamentar que ainda faça uso desse mecanismo para acesso à informação. Quando acontece, a seleção de notícias vem pelo aplicativo *WhatsApp*, mais reduzida e sem contato direto com o conteúdo da matéria jornalística, e isso, naturalmente, implica em uma relação cada vez mais distante do líder partidário com a informação do *mass media*.

**Imagem 10** – Exemplo de *clipping* enviado por *WhatsApp*.



Fonte: Elaboração própria através do site <http://www.fakewhats.com/generator>.

Os deputados federais, em discursos no Plenário da CD assumem a centralidade desse aplicativo de mensagens instantâneas para a profusão de informações, midiáticas ou não, no entanto, a fonte da informação deixa de ser relevante, como é possível identificar através da fala, transcrita abaixo, do líder do PSB. É bem verdade que, uma vez a informação tendo sido transmitida, ou compartilhada, sua fonte deixa de se fazer interessante ao parlamentar e ela passa a se constituir enquanto um elemento independente de quem a produziu.

*“[...] “E o caso do PT também é pior porque o roubo sistêmico se soma a um enorme cinismo. Lula, antes, fazia o discurso da ética e da moralidade. Mas, quando chegou ao poder, não só montou seu esquema como levou ao limite da sustentabilidade o assalto a empresas estatais e órgãos públicos.” Essas são palavras de José Padilha, diretor e cineasta de Tropa de Elite e Tropa de Elite 2, além da série Narcos. Ele é*

<sup>70</sup> O clipping é uma seleção de notícias de meios de comunicação direcionada a um grupo ou pessoas de interesse.

*detentor dos direitos autorais e vai produzir a série Jet Wash, tradução para o inglês de Lava-Jato. Foi brilhante a entrevista dele, publicada não sei em que revista, pois recebi o texto pelo WhatsApp. Ele mostrou-se extremamente consciente de que golpe foi o que o povo brasileiro recebeu - knock down - quando foi enganado nas eleições. Além disso, afrontar a Constituição é roubar a Nação brasileira. [...]” (Deputado Paulo Foletto, líder do PSB, em 22 de março de 2016)*

O *WhatsApp* é identificado como uma espécie de fonte de informações altamente democrática, conforme depreende-se a partir da fala do líder do PSDB, deputado Antonio Imbassahy, quando fazia referência à flexibilização da exibição do programa *A Voz do Brasil* nas rádios nacionais.

*“[...] Sr. Presidente, quero dizer de maneira muito clara que o Brasil e o mundo hoje têm diversas mídias, a Internet, sites, blogs, as próprias emissoras de rádio, o WhatsApp, as informações circulam muito rapidamente e, por isso, não há necessidade de manter o programa de forma rígida. [...]” (Deputado Antonio Imbassahy, líder do PSDB, em 8 de novembro de 2016)*

Sobre esse mesmo aspecto, tem-se a noção de que o aplicativo é capaz de desmentir as informações produzidas pelos grandes veículos de comunicação de massa, ou seja, lançando-se como uma fonte, inclusive de maior veracidade.

*“[...] Ainda sobre comunicação, a Rádio Câmara, de alcance basicamente local, está transmitindo esta sessão. Nós estamos recebendo muitas mensagens, indagações de vários Estados brasileiros sobre se a sessão foi cancelada, não aconteceu. V.Exas. informem, por favor, pelos WhatsApp da vida, o que aconteceu. Nós fomos censurados. É isso. Nada simples assim.” (Deputado Ivan Valente, líder do PSOL, 15 de setembro de 2017)*

Por hora, visto o transcorrer das revoluções tecnológicas, a informação midiática chega aos líderes partidários de forma difusa. Os jornais impressos tradicionais permanecem na centralidade do debate, mas não de forma física. A difusão do conteúdo digital produzido por essas mídias é o que nutre o parlamentar. Associado a isso, tem-se a evidente constatação de que esses parlamentares não se importam fundamentalmente com a fonte pela qual recebem as notícias, o que está em jogo, e conforme será apresentado no próximo capítulo, é a utilidade da informação midiática, ou mesmo de qualquer informação, como é o caso do conteúdo compartilhado através do *WhatsApp*. É interessante perceber que, mesmo na era digital onde qualquer mente humana deixa de ser apenas um elemento do “sistema produtivo” e passa a figura também como “força direta de produção” (CASTELLS, 1999, p. 51), haja tão pouco refinamento no acesso à informação por essa elite parlamentar.

O *WhatsApp* como fonte de notícia é a regra entre os líderes partidários investigados neste trabalho. Esse aplicativo se tornou a ferramenta central de difusão de informações midiáticas, e outros conteúdos, na Câmara dos Deputados. Com isso, o parlamento toma uma outra configuração no acesso e na distribuição do que é produzido pela mídia.

## **CAPÍTULO 3: OS LÍDERES E A INFORMAÇÃO QUE VEM DA MÍDIA**

Este capítulo encontra-se dividido em três partes, nas quais serão apresentados os demais resultados da investigação empírica deste trabalho, procurando-se demonstrar, primeiramente, a importância dos líderes partidários no processo legislativo, com suas prerrogativas regimentais e poderes simbólicos. Na segunda parte será analisada a trajetória política dos líderes em análise, enfocando suas proposições legislativas, posicionamentos nas votações das principais matérias na 55ª legislatura da Câmara dos Deputados, bem como o desenvolvimento de suas carreiras e sua caracterização socioeconômica e profissional. Por fim, na terceira seção serão discutidos os usos da informação midiática pelos líderes partidários do recorte.

### **3.1. A importância dos líderes partidários**

No âmbito da CD, cada partido ou bloco parlamentar<sup>71</sup> tem direito a escolher um líder “quando a representação for igual ou superior a um centésimo da composição da Câmara” (RICD, art. 9º, caput). A bancada elege o seu respectivo líder partidário por maioria absoluta dos seus integrantes, no início da legislatura, e ele permanece no cargo até que uma nova indicação seja feita. Em função de uma série de prerrogativas regimentais que serão demonstradas a seguir, os líderes partidários “controlam o fluxo dos trabalhos parlamentares” (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1998, p. 92) e assumem “a definição da agenda do Legislativo” (MESSENBEG, 2002, p. 79).

A Constituição de 1988 aumentou significativamente as prerrogativas dos poderes legislativos e do presidente da República. Foi nessa Carta que houve o surgimento de medidas provisórias, proposição pela qual a Presidência pode solicitar urgência para apreciação de temáticas de seu interesse, de iniciativa para matérias orçamentárias e tributárias e emendas constitucionais. Por outro lado, o Legislativo adquiriu maior capacidade de emendar e sustar atos do Executivo, além da exclusividade para legislar em determinadas áreas específicas.

Limongi e Figueiredo (1998, p. 85) reforçam a centralidade da ação dos partidos nos trabalhos legislativos no Brasil e apontam empiricamente a existência da disciplina partidária no interior da Câmara dos Deputados. Os líderes partidários assumem amplos poderes para agir em nome dos interesses de seus partidos e dos seus liderados. A distribuição do poder

---

<sup>71</sup> Neste trabalho, despreza-se a liderança de bloco parlamentar no período em análise. Na prática, essas lideranças não possuem efeitos de disseminação de informação midiática entre os integrantes do bloco, o que interessa aqui em especial. Os blocos partidários são utilizados na CD, principalmente, para distribuição de cargos e cadeiras nas comissões temáticas permanentes. Mesmo que permaneçam constituídos após a composição das comissões, são ignorados em prerrogativas importantes como a orientação de bancada e o pronunciamento de líder.



na Casa é feita pela proporcionalidade partidária, a ocupação de cargos na Mesa Diretora e das comissões permanentes<sup>72</sup> e temporárias<sup>73</sup> obedece a esses princípios e acabam fortalecendo a influência do líder, junto com o grande número de atribuições previstas do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

**Quadro 2 – Atribuições dos líderes partidários previstas no RICD.**

<b>Prerrogativas regimentais do líder partidário</b>
Uso da palavra com tempo especial;
Inscrição de membros da bancada para uso da palavra em Comunicações Parlamentares;
Participar dos trabalhos de quaisquer Comissões, mesmo que não seja membro;
Encaminhar votação de qualquer proposição sujeita à deliberação com tempo de fala;
Registrar candidatos para composição da Mesa Diretora;
Indicar os membros da bancada para compor comissões e substituí-los em qualquer tempo.

Fonte: Elaboração própria através dos dados do RICD (art. 10, IV).

No entanto, o cargo de líder partidário assume poder não só por suas características regimentais, mas também pelo simbolismo envolto e materializado pelo desejo dos deputados por essa colocação em vista de sua visibilidade política e pública. Os veículos de comunicação de massa reconhecem a importância desse ator político, jornalistas que cobrem o Congresso Nacional sempre priorizam as falas dos líderes para publicitar o posicionamento do partido<sup>74</sup>. A sociedade organizada é conhecedora da influência dos líderes partidários e recorre a eles quando desejam tratar de assuntos incluídos que serão submetidos à votação ou mesmo com interesse de proposição de uma determinada matéria ainda sem tratativas na CD.

Os líderes partidários ocupam uma posição estratégica na tomada de decisões da Câmara dos Deputados. O RICD institucionalizou a existência do Colégio de Líderes, um colegiado que desempenha papel fundamental na determinação da pauta e agenda dos trabalhos. A ordem dia, isto é, o conjunto de proposições postas para deliberação em Plenário, é feita conjuntamente pelos líderes e pelo presidente da Casa. O Plenário é o órgão máximo de decisão no curso legislativo, e é onde os líderes assumem a maior capacidade de influenciar o debate e o transcorrer dos trabalhos. A apresentação de requerimento de urgência, um mecanismo

<sup>72</sup> As comissões permanentes são de caráter técnico-legislativo ou especializado integrantes da estrutura institucional da Casa, que deliberam sobre assuntos de seu campo temático e acompanham os planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária da União (RICD, art. 22, I).

<sup>73</sup> As comissões temporárias são órgãos técnicos com a finalidade de emitir pareceres sobre proposições em situações especiais (PEC, Códigos etc.) ou oferecer estudos sobre temas específicos. Todas elas se extinguem ao final da legislatura em que são criadas, ou expirado o prazo fixado quando da sua criação ou, ainda, alcançada a sua finalidade (RICD, art. 34, I).

<sup>74</sup> O site do jornal O Estado de S. Paulo mantém uma página *online* sobre “O poder dos líderes”. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/o-poder-dos-lideres/>. Acesso em 25 de maio de 2018.

institucional capaz de retirar matérias que tramitam nas comissões e as enviarem diretamente à apreciação do plenário, só é possível com a anuência de 1/3 dos membros da Câmara ou por líderes que representem esse número. Esse requerimento é tradicionalmente utilizado na CD por um acordo entre os líderes partidários, de forma que ao ser submetido à deliberação no plenário é aprovado em votação simbólica<sup>75</sup>.

A urgência é amplamente utilizada para as matérias mais importantes e que tomam o debate público nacional. Ao transferir para o plenário a deliberação dessas temáticas os líderes partidários tolhem uma possível ação individual dos deputados e, salvo os casos em que se exige votação pelo modelo nominal<sup>76</sup>, o presidente da Mesa decreta o resultado a partir do acordo ponderado previamente com os líderes. Nos casos em que há votação nominal poder-se-ia depreender que os deputados federais assumiriam, para a orientação do seu voto, uma característica mais individualista, deixando de seguir as orientações partidárias. Entretanto, o arsenal de recursos por meio dos quais os líderes controlam e circunscrevem a atuação parlamentar, desempenhando junto ao Poder Executivo a posição do partido, agir de maneira indisciplinada pode ocasionar altos custos (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1998). É por essa possibilidade de sofrer consequências, ser penalizado, que os deputados aceitam e atuam coesamente com o líder de seu partido.

Há ainda o regime de tramitação conhecido como urgência urgentíssima, segundo o qual uma proposição objeto do requerimento passa a tramitar de forma mais célere nas comissões temáticas e somente pode receber emenda em plenário a partir da assinatura de 257 deputados, isto é, 1/5 da CD. O líder partidário demonstra sua força nesse aspecto no sentido em que, representado esse número de parlamentares, pode apresentar isoladamente tal requerimento ou emenda (RICD, art. 120, § 4º).

O direito de fazer uso irrestrito da palavra em qualquer momento da deliberação em sessão, através da Comunicação de Liderança, permite ao líder partidário guiar os debates de acordo com seus interesses, e de seu partido, bem como obstruir a celeridade no tratamento da matéria versando sobre temas avessos ao que se encontra em debate. Um deputado federal sem a prerrogativa de líder pode fazer uso da palavra em poucos momentos, confirmando o extraordinário poder do líder em determinar a prioridade de uma proposição diante dos seus liderados.

---

<sup>75</sup> Nesse modelo de votação, o presidente da sessão pede aos parlamentares favoráveis à matéria que permaneçam como se encontram, cabendo aos contrários manifestarem-se.

<sup>76</sup> Modelo de votação em que é possível identificar os votantes e seus respectivos votos, ou apenas os votantes, no caso em que os votos devam permanecer secretos.

O líder partidário é o deputado da bancada de um partido que possui maior atenção por parte do governo federal, por esse motivo é procurado por prefeitos, vereadores e lideranças comunitárias para defender seus interesses e demandas junto aos órgãos do Poder Executivo. Mesmo que seja mais comum ao líder da base governista, isto é, do partido que dá sustentação ao agendamento de pautas da Presidência da República, em uma lógica do presidencialismo de coalizão, possuir mais prestígio diante dos Ministérios e demais autarquias, o líder partidário carrega mais poder dentre os outros integrantes da bancada.

Cabe aqui ressaltar, contudo, a presente atuação de líderes informais, isto é, sem a prerrogativa institucional definida pelo RICD, amplamente estudados, caracterizados e denominados por Messenberg (2002) como elite parlamentar. O raio de alcance da influência dessa elite não institucional abrange o próprio líder e outros parlamentares.

### 3.2. Perfil dos líderes em análise

O critério adotado para a determinação do recorte foi a representação proporcional na Câmara dos Deputados e a pluralidade partidária. Os líderes das onze legendas priorizadas representam 76,21% do total de deputados federais e figuram dentro da diáde esquerda e direita (BOBBIO, 1995).

**Quadro 3** – Líderes partidários por nível de escolaridade, profissão e estado de nascimento.

<b>Líder partidário</b>	<b>Nível de escolaridade</b>	<b>Profissão</b>	<b>Estado de nascimento</b>
Antonio Imbassahy (PSDB-BA)	Superior	Engenheiro Eletricista	Bahia
Baleia Rossi (MDB-SP)	Superior	Empresário	São Paulo
Carlos Zarattini (PT-SP)	Superior	Economista	São Paulo
Daniel Almeida (PCdoB-BA)	Superior	Técnico em Instrumentação	Bahia
Eduardo da Fonte (PP-PE)	Ensino Médio	Empresário	Pernambuco
Ivan Valente (PSOL-SP)	Superior	Engenheiro Mecânico e Professor	São Paulo
Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	Superior	Advogado e Servidor Público Federal	Alagoas
Pauderney Avelino (DEM-AM)	Superior	Engenheiro Civil e Professor	Amazonas
Paulo Foletto (PSB-ES)	Superior	Médico	Espírito Santo
Rogério Rosso (PSD-DF)	Pós-Graduado	Advogado e Músico	Rio de Janeiro
Weverton Rocha (PDT-MA)	Superior	Administrador Público	Maranhão

Fonte: Elaboração própria através dos dados da CD.

Quando se observa o nível de escolaridade dos líderes partidários, tem-se que a predominância é de graduados em nível superior. Apenas um líder possui ensino médio e outro registra-se como pós-graduado. Essa é uma constatação coincidente com a observada por Messenberg (2002, p. 74) ao traçar o perfil da elite parlamentar do pós-constituente, como

afirma a socióloga “o elitismo presente na formação educacional dos parlamentares brasileiros é uma característica que vem sendo reproduzida ao longo da história política nacional”. A ausência de um “saber formal”, entretanto, não é um fator limitante para a ocupação desses espaços de poder. Quanto aos tipos de profissões, não há uma predominante no recorte aqui empreendido, três líderes são engenheiros, dois são empresários e outros dois são advogados.

Quanto ao enfoque regional, tem-se uma divisão com 5 parlamentares do Nordeste e 5 do Sudeste. Ainda como apresenta Messenberg, um recorte regional traz à tona realidades sociais distintas que refletem no pensar e no fazer política desses líderes partidários. Não obstante, as “marcas da identidade cultural/regional” são fundamentais para compreender o desenrolar dos processos políticos dessa elite, isto é, o local de onde emergem os líderes influi diretamente nas suas respectivas temáticas de atuação, como poder-se-á depreender a partir da descrição do perfil isolado de cada um desses atores do recorte (MESSENBERG, 2002, p. 70).

O líder do PSDB, deputado federal Antonio Imbassahy é baiano, nascido em Salvador. Antes de alcançar o cargo na Câmara dos Deputados, já exercido em dois mandatos, o parlamentar já havia sido governador interino da Bahia e prefeito de sua cidade natal por dois mandatos consecutivos. Quando foi deputado estadual, Imbassahy chegou ao cargo máximo de presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Fora dos pleitos, mas ainda no seu estado, também ocupou a secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, foi presidente da companhia de distribuição de energia elétrica, Coelba, e da Telebahia, empresa estatal de telecomunicações vendida ao capital privado após sua gestão. No governo federal, foi indicado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso para a presidência da Eletrobrás e pelo presidente Michel Temer para Secretaria de Governo em 2017. Além do cargo de líder do PSDB, Antonio Imbassahy já presidiu o diretório da legenda na Bahia e foi o 1º secretário da executiva nacional do partido. O parlamentar foi classificado pelo DIAP (2016, p. 31) como um dos 100 mais influentes do Congresso Nacional. Suas áreas de atuação mais centrais são questões do setor energético, telefonia, saneamento e recursos hídricos.

Luiz Felipe Baleia Tenuto Rossi, ou simplesmente Baleia Rossi, como é conhecido, é o líder do MDB na Câmara. Natural de São Paulo e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Ribeirão Preto, atualmente exerce o seu primeiro mandato na Câmara Federal. Filho de Wagner Rossi, ex-deputado federal, ex-ministro da Agricultura no governo Lula II e Dilma I, Baleia construiu carreira política em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, onde aos 20 anos foi eleito vereador, reelegendo-se duas vezes subsequentes. Em 2002, assumiu cadeira na Assembleia Legislativa de São Paulo, permanecendo no cargo até 2014,

quando ganhou a eleição para deputado federal. Rossi foi eleito líder da bancada emedebista em maio de 2016 com o propósito de guiar as reformas do governo Temer, de quem é amigo próximo, principalmente a reforma da previdência, já que é considerado pelos seus pares como um interlocutor da agenda previdenciária. O parlamentar figura como um dos 100 mais influentes do Congresso (DIAP, 2017, p. 33) e é presidente do diretório paulista do MDB. Na justiça, o parlamentar é réu em ação civil pública que pede a suspensão da concessão da *Rádio Show de Igarapava Ltda.* e da *Rádio AM Show Ltda.*, das quais o parlamentar é sócio<sup>77</sup>. Sua atuação enquanto deputado federal é voltada para a área social especialmente no que diz respeito às demandas de entidades assistenciais e filantrópicas.

Carlos Zarattini é o atual líder do PT. Com o fim dessa sessão legislativa, o deputado será o que mais ocupou esse cargo dentro da legenda. Ele é classificado pelo DIAP como negociador, ou seja, responsável por sentar-se à mesa para tomar decisões importantes pelo partido, além de ser reconhecido pelos seus pares como mais habilidoso do diálogo do que os outros deputados da legenda que já ocuparam o cargo. Está na lista dos cem parlamentares mais influentes do Congresso Nacional desde 2015 (DIAP, 2015, p. 33; 2016, p.33; 2017, p. 34). Paulista e no terceiro mandato na Câmara dos Deputados, Zarattini é formado em Economia e figura como um político influente na direção executiva do Partido dos Trabalhadores. Filho de ex-deputado federal, Carlos é vinculado ao movimento sindical do segmento dos transportes e foi secretário dos Transportes da cidade de São Paulo, mas perdeu esse cargo após denúncias de corrupção pelo Ministério Público Federal. Em 2017 foi autor de um projeto, aprovado na Câmara, que impõe uma série de regulamentações à atuação dos aplicativos de transporte individual, como o Uber.

No quarto mandato de deputado federal, Daniel Almeida, líder do PCdoB, é baiano e técnico em instrumentação industrial. Por ser oriundo do movimento sindical, o parlamentar é um operador temático nessa área e na trabalhista. Antes da eleição para a Câmara, foi vereador quatro vezes em Salvador. Suas contas de campanha eleitoral já foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União cinco vezes com todos os recursos negados. Almeida é conhecido como um parlamentar de atuação nos bastidores, mas já articulou a coordenação de frentes parlamentares e atuou vigorosamente na Comissão Mista do Orçamento. Tanto é o seu prestígio que permanece como um ator político influente no Congresso Nacional desde 2015 (DIAP, 2015, p. 34; 2016, p.34; 2017, p. 35).

---

<sup>77</sup> Disponível em:

<http://midia.pgr.mpf.gov.br/pfdc/hotsites/mpdcom/docs/subsidios%20midia%20e%20dh%202016/concessoes/ac%20239693320154036100/replica-mpf.pdf>. Acesso em 25 de abril de 2018.

No decorrer da 55ª Legislatura da CD, o líder do PP, deputado Eduardo da Fonte, votou a favor da admissibilidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff, já durante o Governo Michel Temer, votou a favor da PEC do Teto dos Gastos Públicos. Em abril de 2017 foi contrário à Reforma Trabalhista e em agosto de 2017 votou contra o processo em que se pedia abertura de investigação do presidente Michel Temer, ajudando a arquivar a denúncia do Ministério Público Federal. Eduardo já foi 2º vice-presidente da Câmara dos Deputados, um importante cargo da Mesa Diretora. Sem aparecer na imprensa ou nos debates de plenário e comissões, esse líder partidário é um articulador com excelente trânsito nas diversas correntes políticas, difundindo as intenções de seu partido e formando uma massa de apoio às iniciativas de interesse. O DIAP classificou Eduardo como um líder influente em 2015 (DIAP, 2015, pp. 35-36)

O líder do PSOL, deputado Ivan Valente, é um político experiente. No sexto mandato na Câmara, foi classificado nos três primeiros anos dessa legislatura como um influente debatedor no Congresso Nacional (DIAP, 2015, p.37; 2016, p.37; 2017, p. 39), isto é, atua principalmente ocupando os espaços de fala com possibilidade de ser notado pela imprensa, gerar fatos políticos noticiosos. Ex-PT, Ivan Valente ingressou no PSOL após discordâncias com os rumos do primeiro governo Lula e chegou a ocupar a presidência do seu atual partido. Com 71 anos, sua trajetória política começou com lutas populares nos anos 60 contra a Ditadura Militar e no movimento estudantil. Professor universitário, Valente direciona sua atuação parlamentar para a defesa do ensino público e gratuito e consolidação do bloco econômico Mercosul. Quando candidato à prefeitura de São Paulo por uma frente de esquerda, foi bem votado, mas não conseguiu eleger-se. Atualmente se opõe veementemente ao governo Michel Temer e à bancada ruralista.

Alagoano, advogado e servidor público federal, Maurício Quintella Lessa é o líder do PR. É um dos citados na chamada Operação Gabiru, tendo sido condenado por improbidade administrativa e enriquecimento ilícito em um esquema de desvio de recursos da merenda escolar cometidos quando era Secretário Estadual de Educação de Alagoas. Seu pai foi superintendente de energia e iluminação pública de Maceió na gestão de Cícero Almeida, iniciada em 2005, e seu tio, Ronaldo Lessa, foi governador de Alagoas de 1999 a 2006<sup>78</sup>. Antes de ser deputado federal, já no segundo mandato, Lessa foi vereador de Maceió por duas vezes e foi indicado para os cargos de secretário extraordinário da prefeitura de Maceió e secretário

---

<sup>78</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lessa-mauricio>. Acesso em 25 de abril de 2018.

estadual de Educação. O líder é presidente do PR no seu estado e foi apoiador do ex-presidente da CD, ex-deputado Eduardo Cunha, enquanto 3º secretário da mesa diretora da Casa. Sua atuação parlamentar é nos bastidores, com alto grau de fidelidade às diretrizes partidárias. Em 2015 foi eleito pelo DIAP (2015, p. 44) como um dos cem parlamentares mais influentes do Congresso Nacional.

Pauderney Avelino, líder do DEM, principal partido da base aliada de Michel Temer na presidência da República, é um clássico debatedor, sendo sempre procurado pela imprensa para reportar suas convicções sobre o ordenamento nacional. Atualmente está no sexto mandato na CD e é referência nas articulações e formulações em matérias tributárias, administrativas e previdenciárias. O parlamentar preside a sua legenda no Amazonas e é vice-presidente da diretoria nacional, além de já ter sido líder da minoria no Congresso, Pauderney é destaque na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Antes de ser deputado federal exerceu o cargo de secretário municipal de Educação da Prefeitura de Manaus. Votou pelo prosseguimento do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, afirmando sua longínqua oposição ao PT, desde o governo Lula. Foi relator da última prorrogação da CPMF no governo FHC, um importantíssimo papel na articulação tributária do país. Avelino é um exemplo de parlamentar que atua firmemente na defesa dos interesses de sua região, especialmente a Zona Franca de Manaus.

Médico, ex-presidente da Unimed de Colatina, no Espírito Santo, o líder do PSB, deputado Paulo Foletto, é um parlamentar que dedica o seu mandato às questões de saúde, nem sempre pública, ao meio ambiente e ao desenvolvimento do noroeste capixaba. Antes de ocupar o cargo na Câmara federal, Foletto ingressou na vida política como vereador de sua cidade natal, em seguida exerceu dois mandatos de deputado estadual. Logo após sua reeleição em 2014, o Ministério Público Eleitoral (MPE) solicitou a cassação de seu mandato, pois segundo a denúncia, o ex-diretor do DETRAN, Carlos Augusto Lopes, promoveu uma reunião comprando votos para o candidato e para Bruno Lamas<sup>79</sup>. Sem sucesso, o deputado permaneceu em atividade. Em 2016 votou a favor do Processo de impeachment de Dilma Rousseff, e no governo Temer apoiou a Reforma Trabalhista, mesmo votando favor do processo em que se pedia abertura de investigação do presidente.

Rogério Rosso é líder do PSD, nasceu no Rio de Janeiro, mas é o representante na Câmara, pela segunda vez, do Distrito Federal. Rosso é um parlamentar reservado,

---

<sup>79</sup> Disponível em: <http://seculodiario.com.br/20829/8/mpe-denuncia-paulo-foletto-e-bruno-lamas-por-crime-eleitoral-1>. Acesso em 25 de abril de 2018.

conhecido pelos seus pares como capaz de construir consenso, tanto é assim que foi o presidente da Comissão Especial que apreciou o relatório do impeachment de Dilma, um local polêmico nesta legislatura. Assume o discurso empreendedor para si e trabalha com ele nos bastidores já que é oriundo da liderança sindical patronal do segmento de fabricantes de veículos automotores. Questões fiscais, referentes a tributos, impostos e contribuições financeiras são as preteridas na atuação desse deputado federal. Começou na 55ª Legislatura da CD como líder da legenda que preside regionalmente e foi um dos fundadores, junto a Gilberto Kassab. Rogério Rosso, antes de assumir a cadeira de deputado federal, foi secretário de estado da Agência de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, presidente da Companhia de Planejamento do DF e governou a capital do país por nove meses em razão da renúncia do então governador José Roberto Arruda. Esse parlamentar, nessa legislatura da CD, foi eleito por duas vezes como integrante de um grupo de cem políticos influentes no Congresso Nacional (DIAP, 2015, p. 48; 2016, p. 48).

Por fim, apresenta-se o líder do PDT, um deputado maranhense de segundo mandato, Weverton Rocha é um agente duplo na Câmara, atua nos bastidores e na frente das câmeras da imprensa com discursos polêmicos e noticiosos. Esse parlamentar iniciou sua trajetória política no movimento como vice-presidente da União Nacional de Estudantes. É membro da Executiva Nacional do partido e preside o PDT do Maranhão. Anteriormente, foi presidente estadual da Juventude Socialista do PDT. No governo de Dilma Rousseff, Weverton Rocha foi um importante aliado da ex-presidente, atuando decisivamente na defesa das agendas do Executivo e votando contra o impeachment. Tecnicamente, o mandato desse líder está voltado para as causas sociais, especialmente voltadas para juventude.

### 3.3. Como os líderes partidários usam a informação midiática

A interface dos meios de comunicação e o campo político é ampla e difusa. Como já apresentado neste trabalho, a mídia constrói as representações sociais da opinião pública e é utilizada pelos líderes partidários na sua ação parlamentar. Finalmente, apresenta-se aqui a forma como os atores políticos do nosso recorte fazem uso das diferentes informações produzidas pelos veículos de comunicação de massa. Como ver-se-á, o fluxo de notícias acontece em duas diferentes instâncias.

Para analisar o teor desse uso da informação, foram considerados todos os discursos proferidos em plenário da Câmara dos Deputados, pelos onze líderes ora estudados, no período correspondente aos três primeiros anos legislativos da 55ª Legislatura. Partiu-se da



percepção de que o discurso é um aspecto crucial na atuação parlamentar, conforme identificado por Messenberg (2002, p. 124), “a retórica é parte essencial do jogo político”.

“Mais que em qualquer outra esfera, o que muitas vezes aparentemente se mostra como “verborragia desnecessária” constitui na verdade prática fundamental estabelecadora de vínculos, (con)firmadora de lealdades e demarcadora de singularidades, tanto entre pares como entre esses e a instituição parlamentar, e mesmo nas relações instituídas entre representantes e representados. Isso ajuda a compreender a grande identificação e preferência dos membros da elite para exercerem no Parlamento atividades diretamente relacionadas à capacidade de oratória e ao uso da retórica política.” (MESSENBURG, 2002, p. 124)

Nas redes sociais os indivíduos se direcionam para seu próprio público, no plenário o parlamentar sabe que atinge um público maior e fora do seu espectro de atuação. Nesse *locus* institucional, o líder partidário faz questão de marcar posição diante de algum grupo de interesse. Os conteúdos da mídia embasam e referenciam os pronunciamentos desses congressistas. O primeiro uso do produto midiático a ser apresentado revela com clareza, ainda que de forma implícita, uma visão positiva da competência da mídia que vai de encontro ao posicionamento do líder naquele momento, isto é, existe um interesse do agente político em utilizar determinada informação midiática como parte estratégica para firmar ostensivamente que o que está sendo dito é alvitre de confiabilidade.

Uso da informação midiática como comprovação da veracidade de sua argumentação:

*“Sr. Presidente, Deputado Eduardo Cunha, no primeiro semestre deste ano, eu estive aqui neste microfone exatamente para lamentar o fato de uma matéria, veiculada pelo jornal Folha de S.Paulo, mostrar o atendimento das famílias cearenses, fortalezenses, no chão do Hospital José Frota, que é a nossa grande assistência municipal. Hoje, novamente, o jornal Folha de S.Paulo traz um levantamento, um estudo, uma pesquisa que revela que Fortaleza é a campeã de assassinatos no Brasil.”* (Deputado Daniel Almeida, líder do PCdoB, em 30 de setembro de 2015)

*“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao mesmo tempo em que respira aliviado pelo fim da era petista, o povo brasileiro começa a perceber o tamanho da herança maldita deixada por 13 anos de incompetência e irresponsabilidade dos Governos Lula e Dilma. Economia em frangalhos, inflação, desemprego e a corrupção disseminada na administração pública pesarão sobre os ombros de todos, exigindo trabalho árduo, com muito empenho e seriedade, para que o País afinal se recupere. Em editorial recente, o jornal O Estado de S. Paulo afirmou que “Não há nenhuma obra de vulto executada pelos governos petistas, desde a primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, que não tenha sido contaminada pelo vírus da corrupção”.”* (Deputado Pauderney Avelino, líder do DEM, em 8 de junho de 2016)

*“[...] há um fato muito grave que tem que ser observado, Sr. Presidente. Agora, recentemente, houve a delação do Presidente da Camargo Corrêa, uma das principais empresas empreiteiras do País. Olha o que é que está dito aqui no jornal O Globo: quadrilha na PETROBRAS, com ação com repercussão no setor elétrico; Belo Monte gerou propina a PT e PMDB; Presidente da Camargo Corrêa dirá que empresa pagou mais de 100 milhões divididos entre os partidos”.* (Deputado Antonio Imbassahy, líder do PSDB, em 9 de março de 2015)

*“Quero dizer, Sr. Presidente, **que é estranhíssimo o que nós estamos vendo aqui hoje: o PSDB falar em defesa de aposentado. No último sábado, o ex-Ministro - e futuro - Armínio Fraga veio ao jornal Estado de S. Paulo defender uma reforma da Previdência. E vejam V.Exas.: além de defender a idade mínima de 65 anos, de criticar o critério 85/95, que a Presidenta Dilma acabou de aprovar para mitigar o fator previdenciário, saibam V.Exas. que o Sr. Armínio Fraga, que é o "líder espiritual" do PSDB, propôs desvincular o reajuste do salário mínimo do reajuste da Previdência.**”* (Deputado Carlos Zarattini, líder do PT, 18 de novembro de 2015)

*“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria aqui de manifestar a minha posição e a do PT, contrária ao sistema distrital misto. [...] **O jornal O Estado de São Paulo mostrou claramente que, conforme se dividissem os distritos na cidade de São Paulo, o PSDB teria maioria. Se fosse em outra divisão, o PT teria maioria. Portanto, a divisão é também política.**”* (Deputado Carlos Zarattini, líder do PT, em 26 de maio de 2015)

Conforme compreende Bourdieu (2011, p. 201), “o campo político é um campo de forças, e um campo de lutas para transformar as relações de forças”. A partir dessa noção, é possível compreender que um parlamentar de esquerda, mesmo considerando determinado veículo de comunicação de massa como opositor ao seu partido ou espectro ideológico, faça uso da informação midiática advinda de um *mass media* do campo oposto. O que está inserido no debate é a prevalência de sua convicção, independentemente da conveniência ou não do uso interessado de um veículo.

Sobre esse mesmo aspecto, a mídia pode ainda ser tratada como um agente intermediário para conectar o conteúdo da notícia ao discurso pretendido. Ou seja, quando o líder partidário apresenta em seu pronunciamento a informação midiática, a qual pode ou não estar relacionada ao seu interesse pretendido, de maneira simples como mero instrumento para alcance do seu objetivo.

Uso da informação midiática como forma de alcançar o discurso pretendido:

*“[...] **chamo a atenção desta Casa para uma reportagem, veiculada ontem no Jornal Nacional e no Jornal da Globo, sobre a interferência do crack na vida do povo brasileiro.** [...]”* (Deputado Eduardo da Fonte, líder do PP)

*“[...] no último domingo, **duas grandes emissoras de televisão** deste País, a Rede Globo, no programa Fantástico, e a Rede Record, em programa jornalístico, **abordaram um tema que vem tomando conta não só do noticiário nacional, mas também de operações da Polícia Federal e do Ministério Público, o problema do tráfico humano no Brasil e no mundo.** [...]”* (Deputado Maurício Quintella Lessa, líder do PR)

*“Srs. Deputados, eu queria me referir hoje, principalmente, a uma matéria do jornal **Folha de S.Paulo** em que o Sr. Henrique Meirelles, melhor dizendo, a equipe econômica - deve ser o Henrique Meirelles, pois a foto dele está grande aqui -, diz que resolveu tirar da gaveta projetos de aumento de impostos que poderiam reforçar os cofres públicos. E começa dizendo que vai aumentar o Imposto de Renda. Muito bem!”* (Deputado Carlos Zarattini, líder do PT)

*“[...] trago hoje uma notícia alarmante sobre a minha cidade, Ribeirão Preto. **O jornal A Cidade, importante veículo de comunicação do Município, divulgou ontem***

*uma matéria de duas páginas intitulada Zika, dengue e chikungunya dominam Ribeirão Preto. Vivemos uma epidemia extremamente grave, que precisa da atenção de todos, por isso fazemos um apelo ao Governo Federal e ao Ministério da Saúde.*” (Deputado Baleia Rossi, líder do MDB)

*“Sr. presidente, li com muita satisfação no jornal Valor Econômico que a Presidenta Dilma desistiu de abrir o capital da Caixa Econômica Federal ao mercado. Segundo informações do jornal, a avaliação do Governo foi de que o processo demoraria muito, seria pouco lucrativo, e ainda poderia paralisar os investimentos sociais da instituição. Esta avaliação é correta e assertiva.”* (Deputado Daniel Almeida, líder do PCdoB)

*“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou aqui com o jornal O Globo de hoje, que traz como manchete na página 5: Conta em paraíso fiscal liga Cunha a Jorge Zelada. Está aqui toda a descrição feita de que novas contas conectam o Presidente da Casa ao ex-Diretor Internacional Jorge Zelada, já condenado em Curitiba por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, e que está negociando a delação premiada. [...] Por isso, é evidente que nós não podemos continuar com essa farsa. A mídia poupa este que está dirigindo aqui, enquanto dirige o impeachment; assim como ninguém mais fala da lista da Odebrecht, que tem quase 500 nomes. Vamos abrir essa lista! Vamos ler um por um aqui no plenário! E vamos ver que este Congresso dirigido por Eduardo Cunha não tem legitimidade para tocar processo, Eduardo Cunha.”* (Deputado Ivan Valente, líder do PSOL)

*“[...] Só agora nós sabemos, através de matéria do Estado de S. Paulo, que a Sra. Presidente era quem estava comandando a reunião do Conselho de Administração que mandou fazer esta operação. [...]”* (Deputado Antonio Imbassahy, líder do PSDB)

A representação que os líderes partidários dessa análise têm sob a mídia se divide sob dois aspectos: antagonismo e colaborativismo. Para esses atores políticos, a imprensa é sempre benevolente com seus opositores e críticas consigo. Contudo, essa realidade é inferior à estruturação das narrativas em sentido interessado. O campo midiático não se sobressai diante do campo político. Os líderes partidários dispõem de todos os instrumentos, regimentais e simbólicos, para privilegiar a mensagem que estima ser transmitida em detrimento do conteúdo da informação midiática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou investigar como a informação midiática, isto é, o conteúdo produzido pelos veículos de comunicação de massa, chega ao líder partidário, bem como esse parlamentar faz uso das notícias em sua atuação parlamentar. Nesse sentido, foi possível elaborar uma série de conclusões, que apresento a seguir, à luz da literatura atinente ao tema e em referências às análises empíricas dos procedimentos legislativos e midiáticos.

A Câmara dos Deputados foi o palco dessa investigação, especialmente o transcurso da sua 55ª Legislatura. Viu-se que diversos acontecimentos inéditos na história política do país emergiram nesse momento. Naturalmente, a realização das observações, das entrevistas e análises aqui empreendidas não estão isentos da “contaminação” pelo ambiente no qual se dão. Foi justamente por essa razão que não se restringiu aos discursos dos líderes partidários coletados nas entrevistas e nas taquigrafias de plenário, partiu-se para o relato dos assessores parlamentares, atores políticos que tiveram sua centralidade comprovada com o acompanhamento de reuniões do Colégio de Líderes, da atuação no plenário e em comissões temáticas polêmicas, como foi o caso da denúncia da PGR contra o presidente Michel Temer. Essa é uma nota metodológica que se faz altamente relevante. Não é que os assessores representam um grupo intocável pela realidade social na qual estão inseridos, mas indubitavelmente esses profissionais trazem para a pesquisa um discurso menos pretencioso e enviesado, como depreendeu-se pelos líderes partidários.

Inicialmente, tratou-se de fazer um retrospecto dos acontecimentos políticos nacionais que tanto direcionavam os discursos dos líderes. Com isso, discutiu-se sobre a realidade da democracia brasileira após a eleição de uma Câmara dos Deputados altamente conservadora, guiada pelo sistema financeiro e pela lógica da concorrência e do lucro acima de tudo e de todos. Como se já não fosse suficientemente grave à soberania popular ter os seus interesses subtraídos por um grupo de endinheirados, o ex-deputado e ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha instaurou um processo de impeachment contra a então presidente eleita Dilma Rousseff. Sem comprovação cabal de crime de responsabilidade e motivado por uma necessidade de responder à ausência de apoio do partido da ex-presidente no Conselho de Ética, Cunha levou até o fim e conseguiu retirar Rousseff do cargo.

Sobre esse mesmo aspecto, apresentou-se dois dilemas da realidade brasileira que podem ter inferido no impedimento de Dilma, a saber: a desconstrução da imagem da presidente por ser uma mulher no campo político e uma demonstração da crise do presidencialismo de coalizão. Obtém-se de forma inédita a comprovação empírica de que as

mulheres que ousam adentrar no ambiente político perpassam por dificuldades capazes de limitar sua atuação e permanência. Sobre o segundo dilema, esse não é o primeiro trabalho a relatar uma notável crise no presidencialismo de coalizão, lógica que sustenta as relações entre Legislativo e Executivo no Brasil.

Ao fim da narrativa sobre os desdobramentos políticos que tiveram relevância na atuação dos parlamentares da 55ª Legislatura da CD, expõe-se a introjeção de poderes na República brasileira. É conveniente e bom para as democracias sustentadas com três Poderes que haja uma constante interação entre eles, afinal, assim foram concebidos, contudo, o que se viu ocorrer no Brasil foi uma evidente interferência do Poder Judiciário no Executivo e no Legislativo. Com o declarado apoio dos veículos de comunicação de massa e de uma classe média tola e enganada, a Justiça no Brasil sentiu-se na obrigação de ditar as agendas políticas do país. Ministros do STF agiram com parcialidade, impediram nomeações políticas garantidas pela Constituição e deram suporte às ações irrestritas e inconstitucionais de juízes de primeira instância.

A despeito da relação entre mídia e política, apresentou-se aqui duas noções fundamentais: a de agendamento e a de usos e satisfações. Após compreender que a comunicação é uma área cada vez mais emblemática para entender a sociedade contemporânea, partiu-se para conceituar as investigações empíricas através de duas hipóteses. O agendamento da mídia pode ser entendido enquanto a capacidade dos veículos de comunicação de massa em priorizar uma temática no debate público. Essa priorização atinge a atuação parlamentar dos líderes partidários, entretanto, em concomitância com o agendamento está a hipótese de usos e satisfações, através da qual pode-se depreender que os atores do recorte fazem uso das informações midiáticas de forma interessada, objetivando satisfazer suas necessidades enquanto agente político.

O contexto sobre o qual acontece o agendamento não é nada plural. No Brasil, a maior parte dos veículos de comunicação de massa estão sob monopólio de seis grupos familiares. Esse problema foi apontado detalhadamente nesse trabalho, de forma a contrapor um dos oito elementos teóricos que confirmam a presença democrática em um Estado. A interação da mídia com a política, como foi possível verificar, não é meramente discursiva. Os donos do *mass media* e os atores políticos profissionais mantêm relações próximas de usos e benefícios mútuos, capazes de orientar a opinião pública.

Finalmente, atingindo um dos objetivos centrais da pesquisa, evidenciou-se que o aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp* é o meio pelo qual as informações midiáticas

chegam aos líderes partidários. Com isso, demonstra-se que a preocupação com a fonte da informação é cada vez menor entre esses parlamentares, que por sua vez, acabam compartilhando e reproduzindo notícias orientados apenas pelo seu interesse imediato e sem qualquer elaboração no acesso ao conteúdo da mensagem. As assessorias parlamentares acabam por institucionalizar esse aplicativo para celulares ao manterem uma rotina quase diária e de envio de notícias e conteúdos da preferência do líder.

Sob a égide do RICD, pode-se constatar a importância dos líderes partidários no processo legislativo. Esses atores políticos são mais propensos à formação da agenda de debates e ao diálogo com o Executivo e órgãos governamentais para atingir interesses determinados. Contudo, a partir da análise do perfil dos líderes em análise inferiu-se outras características que são decisivas para a atuação bem-sucedida. A sua identificação pelos pares como um potencial agente capaz de dialogar, articular, negociar e debater é fundamental para que um deputado possa liderar. Esse reconhecimento está pautado na trajetória política, com ocupação de outros cargos de visibilidade, incide também sobre uma atuação parlamentar coerente. Apenas um dos onze atores investigados não possui ensino superior, isso é inteiramente correspondido como relaciona-se ao perfil profissional dos políticos brasileiros.

Entendendo a centralidade da retórica na atuação parlamentar, investiga-se os discursos proferidos em plenário pelos líderes partidários do recorte a fim de depreender o segundo grande objetivo da pesquisa, a saber, como os líderes utilizam a informação produzida pelos veículos de comunicação de massa. Conclui-se que o uso, dado de forma interessada, acontece sob dois aspectos: comprovar a veracidade da informação que transmite e servir como subsídio para o real conteúdo que se pretende alcançar.

Para além dos objetivos estritos, compreende-se que neste trabalho foi possível levantar uma série de elementos analíticos que podem vir a fomentar o longo debate entre mídia e atuação parlamentar, bem como sobre a influência das novas tecnologias comunicacionais nos diversos contextos da política. As relações institucionais no parlamento são muitas vezes consideradas suficientes para entender a forma como acontece a política no país, entretanto, elas se auto limitam. É preciso ir além, de forma a abarcar dimensões que não podem ser inferidas sem considerar o ator político como um sujeito interessado dentro da ordem social. Esse trabalho corrobora com uma série de estudos da sociologia política brasileira que também estão atentos à necessidade de construção de novas abordagens para interações clássicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sergio. *O presidencialismo de coalizão*. Dados. Revista de Ciências Sociais, v. 31, n. 1, 1998, pp. 5-33.

ALMOND, Gabriel.; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

ARANTES, Rogério Bastos. *Judiciário e democracia no Brasil*. Novos Estudos Cebrap, nº. 54, 1999.

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *A grande imprensa e o PT (1989-2014)*. São Carlos: EdUFSCar, 2017.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *O campo político*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.

\_\_\_\_\_. *Sobre a televisão. Seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Tradução Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. 13ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CITTADINO, Gisele. *Pluralismo, direito e justiça distributiva. Elementos da filosofia constitucional contemporânea*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

COHEN, Bernard. *The press and foreign policy*. Princeton. New Jersey: Princeton University Press, 1963.

COOK, Timothy. *Governing with the news: the news media as a political institution*. 2 ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

DAHL, Robert. *Polyarchy: participation and opposition*. Yale University Press, 1971.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAP. *Os “Cabeças do Congresso Nacional: uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes*. 22. ed. – Brasília: Diap, 2015.

\_\_\_\_\_. *Os “Cabeças do Congresso Nacional: uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes*. 23. ed. – Brasília: Diap, 2016.

\_\_\_\_\_. *Os “Cabeças do Congresso Nacional: uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes*. 24. ed. – Brasília: Diap, 2017.

\_\_\_\_\_. *Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019*. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Brasília-DF: DIAP, 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

KATZ, Elihu. *A propos des médias et de leurs effets*. In: SFEZ, Lucien; COUTLÉE, G. (orgs.), *Technologies et symboliques de la communication*, PUG, Grenoble, 1990.

KOERNER, Andrei e MACIEL, Débora Alves. *Sentidos da judicialização da política: duas análises*. Lua Nova, n.57, 2002, pp.113-134.

LANG, Kurt; LANG, Gladys Engel. *The Mass Media and Voting*. In: BERELSON, Bernard. *Reader in Public Opinion and Communication*. New York: Free Press, 1966, p. 466.

LAZARSELD, Paul; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. *The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign*. New York: Columbia University Press, 1944.



LIMONGI, Fernando e FIGUEIREDO, Argelina. *Bases institucionais do presidencialismo de coalizão*. Lua Nova. 1998, n.44, pp.81-106.

LIPPMAN, Walter. *Public Opinion*. New York: Harcourt, 1922.

LOVE e BARICKMAN, Bert J. “*Regional Elites*”. In M.L.Conniffe F.D.McCann(eds.), *Modern Brazil: Elites and Masses in Historical Perspective*. Nebraska, University of Nebraska Press, 1991, pp. 3-22.

MARENCO DOS SANTOS, André. *Nas Fronteiras do Campo Político. Raposas e Outsiders no Congresso Nacional*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.33, 1997, pp.87-101.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. 14<sup>a</sup> ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

MCCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2004.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. *The agenda-setting function of mass media*. Public Opinion Quaterly, v.36, n.2, summer-1972, pp. 176-182.

MCQUAIL, Denis. *The uses and gratifications approach: origins, present troubles, and future applications*. Revised version of a paper presented to the Conferences on Mass Communication, Veldhoven, Holland, 1979.

MESSEMBERG, Débora. *A elite Parlamentar do pós-constituente: atores e práticas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2002.

\_\_\_\_\_. *A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural*. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2008, vol.16, n.30, pp.17-28.

MÍDIA E POLÍTICA 2016: *hábitos de informação e monitoramento político*; 6. – Brasília: FSB Comunicação, 2016

MIGUEL, Luis Felipe. *Política e mídia no Brasil: episódios da história recente*. Brasília: Plano Editora, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Gênero e política no jornalismo brasileiro*. Revista Famecos, Porto Alegre, n. 36, ago./nov. 2008, pp. 24-39.

\_\_\_\_\_. (Orgs.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. *Discursos midiáticos e a deslegitimação da política*. In: PINTO, Júlio Roberto de Souza; BERNARDES, Cristiane Brum; MESSENERG, Débora e BARROS, Flávia Lessa (Orgs.) *Crise, discursos políticos e projetos de mudança social*. Revista E-legis, Brasília, n. 24, set/dez 2017, p. 63-87

MORO, Sérgio Fernando. *Considerações sobre a Operação Mani Pulite*. Revista CEJ. Brasília: n. 26, jul./set. 2004, p. 56-62.

MOSCA, Gaetano. *The Ruling Class*. New York, Toronto, London: McGraw-Hill, 1939.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PAULANI, Leda Maria. *Uma ponte para o abismo*. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise*. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 69 -75.

PEREIRA, Carlos e RENNÓ, Lucio. “*O Que é Que o Reeito Tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados*”. DADOS, vol.44, nº2, 2001, p. 323-362.

RODRIGUES, Fernando. *Políticos do Brasil: Uma Investigação sobre o Patrimônio Declarado e a Ascensão daqueles que Exercem o Poder*. São Paulo: Publifolha, 2006.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

\_\_\_\_\_. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

TATE, C. Neal e VALLINDER, Torbjorn. *The Global Expansion of Judicial Power*. New York University Press, 1995

TOCQUEVILLE, Alex. *Lembranças de 1848. As jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VIANNA, Luís Werneck e outros. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999.

WEBER, Max. *A Política como Vocação*. In: WEBER, Max. *Ciência e Política, Duas Vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 2011. p. 65-157.

\_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade – fundamentos da sociologia compreensiva*. 4ª. ed. Vol. I e II. Brasília: Ed. UnB, 2000.

WOLF, Mauro. *Teorias de comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

WRIGHT, Charles. *Comunicação de massa – Uma perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1968.

## APÊNDICE

Roteiro de entrevista com líder partidário:

### ETAPA DE IDENTIFICAÇÃO

1. Identificação prévia do parlamentar via informações disponíveis no site da Câmara dos Deputados. (Ex.: Nome, Partido, Idade, Escolaridade, Profissão antes do parlamento, UF).
2. Voto do parlamentar no processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff via informação disponível no site da Câmara dos Deputados.
3. Voto do parlamentar em questões fundamentais na 55ª Legislatura.

### ETAPA DE QUESTÕES

4. Núcleo de questões gerais.
  - 3.1. O senhor/a pretende tentar reeleição em 2018? Se não, vai tentar outro cargo? Qual? Vai lançar/apoiar algum candidato?
5. Núcleo de questões relativas à fonte de informação do parlamentar.
  - 5.1. Qual a fonte de informação que Vossa Excelência mais utiliza? (Ex.: Jornais, internet, telejornais, rádio, revistas). Por que razão prefere tal fonte? Existe algo específico que lhe chame atenção para esse veículo?
  - 5.2. Quais jornalistas hoje são referências para o senhor? Por quê?
  - 5.3. Quais os seus veículos midiáticos preferidos? (explorar as diversas áreas – jornais impressos, portais de notícias, programas de televisão).
6. Núcleo de questões relativas à presença e atuação da mídia (jornalistas, jornais impressos, TV, documentários) na Câmara dos Deputados.
  - 6.1. Em sua opinião, a mídia retrata a sua atuação como parlamentar de forma crítica ou benevolente? Por quê?
  - 6.2. Em sua opinião, a mídia retrata o seu partido de forma justa, crítica ou benevolente. Por quê?
  - 6.3. Em sua opinião, existem deputados que são mais queridos pela imprensa do que outros? Se sim, por quê? Quais?
  - 6.4. Qual tipo de mídia o senhor confia mais?
  - 6.5. Quando utiliza o seu veículo preferido de notícias/informação, o que lhe chama mais atenção? Economia? Editoriais e colunas de opinião? Reportagens de política?
7. Núcleo de questões relativas à influência da mídia na atuação do parlamentar e dos outros parlamentares.
  - 7.1. Vossa Excelência costuma utilizar, de forma oral ou escrita, matérias de jornais impressos, TV ou internet para justificar projetos de lei, pareceres ou votos?
  - 7.2. Em sua opinião, existem parlamentares que falam mais à imprensa? Por quê? Como o senhor os classificaria? Quem são?
  - 7.3. Como o senhor se relaciona com a mídia?
  - 7.4. O senhor é fonte de jornalistas? Conhece algum parlamentar que seja? Quais?

- 7.5.O que o senhor acha que a mídia quer saber das fontes aqui na Câmara? O que interessa a ela?
- 7.6.Os seus assessores fazem clipping das notícias vinculadas pela mídia? Quais são as orientações que eles recebem?
8. Núcleo de questões sobre o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.
- 8.1. A partir de qual momento o senhor considera que o impeachment começou a ser uma opção para o país?
- 8.2.Como o senhor descreveria a atuação da imprensa nesses meses nos quais transcorreu o impeachment?
- 8.3.Durante todo o processo de impeachment, do que a mídia mais falava para o senhor? Com qual teor? O senhor saberia explicar o porquê?
- 8.4.Em sua opinião, o seu partido levou em consideração matérias de jornais impressos (editoriais), de TV, internet e jornalistas para orientação de bancada no processo de impeachment? Se sim, qual jornal? Qual matéria? Essa é uma prática comum ao seu partido na tomada de decisões da Casa?
- 8.5. Vossa Excelência levou em consideração matérias de jornais impressos (editoriais), de TV, internet e jornalistas para estabelecer o seu voto no processo de impeachment?
- 8.6. A transmissão das manifestações na televisão contribuiu para construção do processo de impeachment dentro da Câmara? Se sim, de que maneira? Quais manifestações (data/ pró/contra)?
- 8.7.De forma geral, a ação da imprensa aqui na Câmara e da mídia na sociedade foi importante para definição do resultado que se deu?
- 8.8. A agenda de trabalho da Câmara dos Deputados foi alterada para alocar questões relativas ao impeachment? Se sim, a partir de quando? Alguma manifestação motivou essa alteração? Alguma matéria da imprensa motivou essa alteração?
- 

Roteiro de entrevista com assessores parlamentares:

#### ETAPA DE IDENTIFICAÇÃO

1. Identificação prévia do assessor. (Ex.: Nome, Partido, Idade, Escolaridade, Tempo de atuação na liderança, Vínculo partidário)

#### ETAPA DE QUESTÕES

1. Como o deputado se informa? Qual a rotina de acesso à mídia?
2. Quais são os veículos preteridos pelo deputado?
3. Como os deputados tem acesso à informação midiática? Ele busca? A assessoria envia? Qual o papel do WhatsApp nessa transmissão?

4. Qual conteúdo é direcionado para o deputado?
5. O deputado tem WhatsApp? Usa para troca de informações? Quais grupos são principais?
6. Como o deputado usa essas notícias? Servem para embasar projetos de lei? E nos discursos? Divulga no Colégio de Líderes?
7. Como funciona o Colégio de Líderes? Você já presenciou menções à mídia nessas reuniões?
8. O deputado é fonte para a imprensa? Você tem conhecimento de deputados que sejam fonte?
9. Há uma seleção de informações que serão enviadas para o deputado? Se sim, em qual direção?